

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

EMENTÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão do Ementário

Supervisor

Desembargador Manoel de Christo Alves Filho

Maristela Rufino de Lima – Bacharela em Direito

Assessora do Plenário “Des. Orlando Dias Vieira”.

Rosa Helena Tavares de Christo Alves – Bacharela em Direito

Assessora do Plenário “Des. Oswaldo Pojucan Tavares”.

Ednair Melo Fernandes Leão – Bacharela em Direito.

Técnica-Judiciária

Nádia de Moraes Rego Carneiro - Bacharela em Direito

Colaboradores:

Aline Ádima Gil Ferreira – Bacharela em Direito

Jane Ramôa Jordy – Bacharela em Direito.

Luiz Alberto Tuji de Castro – Bacharel em Direito.

Paula Helena Mendes Lima Ribeiro – Bacharela em Direito.

Rita Manuela de Macedo Parente – Graduanda em Comunicação Social.

Rosana Mary Jassé Borges – Auxiliar Judiciária.

Capa : **Walter Nazareno Mendes Lima** – Arquiteto e Urbanista.

Editoração Eletrônica e Impressão: **Departamento de Informática do TJE-PA**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargadora CLIMENIÊ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES – Presidente
Desembargadora MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA – Vice-Presidente
Desembargador BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA – Corregedor

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargadora CLIMENIÊ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Desembargador BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA
Desembargador JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargadora IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO
Desembargadora SÔNIA MARIA DE MACÊDO PARENTE
Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

MEMBROS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Desembargadora MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Desembargador JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargadora IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO
Desembargadora CLIMENIÊ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Desembargador PEDRO PAULO MARTINS
Desembargador JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA
Desembargador WERTHER BENEDITO COELHO
Desembargadora YVONNE SANTIAGO MARINHO
Desembargadora RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES
Desembargador JAIME DOS SANTOS ROCHA
Desembargadora ALBANIRA LOBATO BEMERGUY
Desembargador BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA
Desembargadora OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY
Desembargadora MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES
Desembargador FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA
Desembargador OTÁVIO MARCELINO MACIEL
Desembargadora MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE
Desembargadora CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE
Desembargadora HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO
Desembargadora SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE
Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE
Desembargador GERALDO DE MORAES CORRÊA LIMA
Desembargadora MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE
Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA
Desembargadora ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS
Desembargador PAULO SÉRGIO FROTA E SILVA
Desembargadora THEREZINHA MARTINS DA FONSECA
Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

SUMÁRIO

EMENTAS	Pag.
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	7
AÇÃO RESCISÓRIA	9
AGRAVO.....	13
APELAÇÃO.....	27
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	41
EMBARGOS DECLARATÓRIOS.....	45
MANDADO DE SEGURANÇA	49
REEXAME DE SENTENÇA	53
CONSTITUCIONAL.....	59
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	61
PENAL E PROCESSUAL PENAL	65
AGRAVO.....	67
APELAÇÃO.....	71
HABEAS CORPUS.....	89
PEDIDO DE DESAFORAMENTO.....	95
PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA	99
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	103
ÍNDICE SISTEMÁTICO.....	109

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

AÇÃO RESCISÓRIA

AÇÃO REINVIDICATÓRIA CUMULADA COM PERDAS E DANOS – APRECIÇÃO DE DOCUMENTOS NOVOS – AÇÃO RESCISÓRIA – PROCEDÊNCIA – PROCEDÊNCIA – ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – NOVO JULGAMENTO.

Ação Rescisória – Decisão Procedência para julgar procedente decretando a ação Rescisão da sentença, com o ônus da sucumbência, devendo a questão ser submetida a novo julgamento no 1º grau – Unânime.

(A.Resc. – PA. Acórdão nº42.063. Relatora : Desa. MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 17/04/2001).

AÇÃO DE REVISÃO DE REMUNERAÇÃO E PROVENTOS – ISONOMIA E IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS – IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO.

AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO 34.855, EXPEDIDO PELA COLENDIA 2ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA. PRELIMINAR: INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. O FATO DE NÃO CONSTAR NA INICIAL PEDIDO DE NOVO JULGAMENTO, NÃO ENSEJA A CARACTERIZAÇÃO DE INÉPCIA, EIS QUE, O NOVO JULGAMENTO ESTÁ IMPLÍCITO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO: A DECISÃO RESCINDENDA RECONHECEU EM FAVOR DOS AUTORES DA AÇÃO ORIGINÁRIA DIREITO A ISONOMIA E IRREDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS, EM FRANCA HARMONIA COM AS DISPOSIÇÕES DO ART. 39, PARÁGRAFO 1º DA CF/88 E 122 DA L.E. 5.810/94, O QUE INVIABILIZA A PRETENSÃO À CARACTERIZAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 485, INCISO DO C.P.C.

(A.Resc. - PA. Acórdão nº42.056. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. C.Civ.R. Unânime. Julgamento: 03/04/2001).

AGRAVO

AGRAVO REGIMENTAL – EFEITO SUSPENSIVO – RELATÓRIO SEM VOTO – REJEIÇÃO.

AGRAVO REGIMENTAL. DESPACHO QUE INDEFERIU EFEITO SUSPENSIVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANTIDA A DECISÃO PELO EXMO. DES. RELATOR. RELATÓRIO SEM VOTO A CONSIDERAÇÃO DA 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA. RECURSO REJEITADO POR INCABÍVEL NA ESPÉCIE. PRECEDENTES DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA E. TRIBUNAL. UNANIMIDADE.

(Ag.Reg. - PA. Acórdão nº42.474. Relator: Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA. 1ª C.Civ .I. Unânime. Julgamento: 21/05/2001).

PREFEITO – EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS – ATO CONSIDERADO ILEGAL – AÇÃO ORDINÁRIA ANULATÓRIA CUMULADA COM PERDAS E DANOS – INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE QUE A AUTORA COBRE INTEGRALMENTE PERCURSO – RECURSO IMPROVIDO.

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA ANULATÓRIA CUMULADA COM PERDAS E DANOS, VISANDO ANULAR ATO CONSIDERADO ILEGAL DO PREFEITO DE BENEVIDES QUE AMPARADO POR UM CONVÊNIO, TIDO TAMBÉM COMO ILEGAL, CELEBRADO COM A PREFEITURA DE ANANINDEUA-PA, PERMITIU À EMPRESA AGRAVADA OPERACIONALIZAR EXPLORAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS ENTRE AS RESPECTIVAS CIDADES. PLEITO DE CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR OBJETIVANDO PARALISAR AS ATIVIDADES DA EMPRESA AGRAVADA NOS TRECHOS DAS LINHAS SUPERPOSTAS DA AGRAVANTE. LIMINAR CONCEDIDA E EM SEGUIDA CASSADA. CHAMAMENTO DO PROCESSO À ORDEM, SOB ALEGAÇÃO DE APRESENTAR, A RELAÇÃO PROCESSUAL, IRREGULARIDADES A SANAR. RESTABELECIDO EM PARTE A LIMINAR E ANULAÇÃO DO PROCESSO, A PARTIR DA CITAÇÃO. 1. O CASO DOS AUTOS É DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, TENDO O RÉU 15 (QUINZE) DIAS PARA CONTESTAR, E NÃO PROCEDIMENTO CAUTELAR, COMO ENTENDEU, A MAGISTRADA "A QUO" QUE EXAROU O DESPACHO INICIAL, DANDO O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PARA OFERECER DEFESA. 2. INCENSURÁVEL A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA ALVO DO RECURSO INTERPOSTO. A MAGISTRADA SE HOVE COM ACERTO E EQUILÍBRIO RESTABELECENDO EM PARTE A LIMINAR, PERMITINDO A AUTORA CONTINUAR EXPLORANDO AS LINHAS ESTADUAIS, OBJETO DA CONCESSÃO A ELA CONCEDIDA, MAS QUANDO A LINHA CUJO INÍCIO E FIM OCORRER NA 3ª TRAVESSA, CIRCUNSCRITO SOMENTE AOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE BENEVIDES, SEJA TEMPORARIAMENTE COBERTO PELOS ÔNIBUS DA RÉ, POR INEXISTIR NOS AUTOS, COMPROVAÇÃO DE QUE A AUTORA COBRE INTEGRALMENTE TAL PERCURSO. RECURSO CONHECIDO, MAS IMPROVIDO.

(Ag.Instr. - PA. Acórdão nº41.245. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 26/10/2000).

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA MEDIANTE CAUÇÃO DE TDP'S – LIMINAR CONCEDIDA – INADMISSIBILIDADE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA MEDIANTE CAUÇÃO DE TDP'S. LIMINAR CONCEDIDA. INADMISSIBILIDADE. 1. OS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA - TDP'S - DE VALORAÇÃO DUVIDOSA, DESSERVEM PARA A GARANTIA DE DÍVIDA. NESSA PERSPECTIVA VIOLA A LEI A DECISÃO JUDICIAL QUE ACEITA EM SUBSTITUIÇÃO, DAS PARCELAS EM DINHEIRO, DEVIDAS, EM BENS DADOS EM GARANTIA, POR "CAUÇÃO", OFERECIDA EM TAIS TÍTULOS, ESSES SEGUNDO ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO, CONSIDERADOS PRESCRITOS, SE É QUE AUTÊNTICOS, CONFORME FUNDAMENTOS CONSTANTES NO ARESTO. 2. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(Ag.Instr. - PA. Acórdão nº41.547. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 2ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 19/02/2001).

CONTRATO DE MÚTUO – CLÁUSULAS – SUSPENSÃO ATRAVÉS DE LIMINAR – AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIMINAR REVOGADA.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR CONCEDIDA PARA SUSPENDER OS EFEITOS DE CLÁUSULA AJUSTADAS EM CONTRATO DE MÚTUO. I - PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE MANDATO PROCURATÓRIO. SANADA TEMPESTIVAMENTE. REJEIÇÃO. II - PRECIPITADA É A DECISÃO QUE, EM LIMINAR SUSPENDE CLÁUSULA AJUSTADAS EM CONTRATO REVESTIDO DAS FORMALIDADES LEGAIS. MATÉRIA DE ALTA INDAGAÇÃO QUE NÃO COMPORTA DECISÃO SUMÁRIA EM PREJUÍZO DE UMA DAS PARTES CONTRATANTES. III. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. LIMINAR REVOGADA. DECISÃO UNÂNIME.

(Ag.Instr. - PA. Acórdão nº41.928. Relatora: Desa. SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE. 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 17/11/2000).

AÇÃO CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CAUÇÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA – LEGITIMIDADE DOS TÍTULOS – NÃO COMPROVAÇÃO – CASSAÇÃO – PROVIMENTO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA MEDIANTE CAUÇÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA. NÃO CONSTANDO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO O TIPO DE PROVIDÊNCIA TAL COMO PEDIDO PELO AUTOR E NEM ESTANDO COMPROVADA A LEGITIMIDADE DOS TÍTULOS, MERECE CASSAÇÃO DEFINITIVA A LIMINAR DEFERIDA EM PRIMEIRO GRAU. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ag.Instr. - PA. Acórdão nº41.161. Relatora: Desa. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE. 2ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 14/12/2000).

PREFEITO – EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS – ATO CONSIDERADO ILEGAL – AÇÃO ORDINÁRIA ANULATÓRIA CUMULADA COM PERDAS E DANOS – INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE QUE A AUTORA COBRE INTEGRALMENTE PERCURSO – RECURSO IMPROVIDO.

Recurso de Agravo de Instrumento. Ação Ordinária anulatória Cumulada com Perdas e danos, visando anular ato considerado ilegal do Prefeito de Benevides que amparado por um convênio, tido também como ilegal, celebrado com a Prefeitura de Ananindeua-Pa, permitiu à empresa Agravada operacionalizar e explorar serviços de transportes urbano de passageiros entre as respectivas cidades. Pleito de concessão de medida liminar objetivando paralisar as atividades da empresa agravada nos trechos das linhas superpostas da Agravante. Liminar concedida e em seguida cassada. Chamamento do processo à ordem, sob alegação de apresentar, a relação processual, irregularidades a sanar. Restabelecida em parte a liminar e anulação do processo, a partir da citação. 1-O caso dos autos é de procedimento ordinário, tendo o réu 15 (quinze) dias para contestar, e não procedimento cautelar, como entendeu, a magistrada “a quo” que exarou o despacho inicial, dando o prazo de 05 (cinco) dias para oferecer defesa. 2- Incensurável a decisão interlocutória alvo do recurso interposto. A Magistrada se houve um acerto e equilíbrio restabelecendo em parte a liminar, permitindo a autora continuar explorando as linhas estaduais, objeto da concessão a ela concedida, mas quanto a linha cujo início e fim ocorrer na 3ª travessa, circunscrito somente aos limites do Município de Benevides, seja temporariamente coberto pelo ônibus da Ré, por inexistir nos autos, comprovação de que a Autora cobre integralmente tal percurso. Recurso conhecido, mas improvido.

(Ag.Instr. – Pa . Acórdão nº 41.245. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/10/200).

MANDADO DE SEGURANÇA – LIMINAR – DECISÃO CONCESSIVA – CONCURSO PÚBLICO – QUESTÕES – REVISÃO.

Agravo de Instrumento. Mandado de Segurança. Liminar. Decisão concessiva. Concurso Público. Questões. Revisão. 1- É entendimento pacífico da jurisprudência dos nossos Tribunais que os critérios adotados pela banca examinadora na valorização das respostas não podem ser revistas pelo judiciário. 2- Recurso conhecido e provido.

(Ag.Instr. – Pa. Acórdão nº 41.748. Relatora: MARIA HELENA D’ ALMEIDA FERREIRA. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 12/03/2001).

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PROTEÇÃO À ALIMENTOS – CONDENÇÃO – EFEITO DA SENTENÇA – RECURSO PROVIDO.

Agravo de Instrumento. Ação de Indenização por danos Morais. Condenação à proteção de alimentos. Efeito da sentença. I- a regra contida ao inciso II do art. 520 do CPC relativamente aos efeitos da sentença, aplica-se exclusivamente à ação de alimentos, não podendo ser estendida às ações de indenização em que o réu haja sido condenado ao pagamento da pensão. Nesta última hipótese, deve a Apelação ser recebida no efeito suspensivo e devolutivo, segundo a regra geral de nosso ordenamento jurídico consubstanciada no “caput” do referido artigo. II- Recurso conhecido e provido para, reformando a decisão agravada, determinando o recebimento da Apelação, em seu todo, em ambos os efeitos legais. Recurso provido.

(Ag.Instr. – Pa. Acórdão nº 41.927. Relatora: Desa. SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 29/03/2001).

CONTRATO DE MÚTUO – CLÁUSULAS – SUSPENSÃO ATRAVÉS DE LIMINAR – AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIMINAR REVOGADA.

Agravo de Instrumento. Liminar concedida para suspender os efeitos de Cláusula ajustadas em Contrato de Mútuo. I- Preliminar. Ausência de mandato procuratório. Sanada tempestivamente. Rejeição. II- Precipitada é a decisão que, em liminar suspende Cláusula ajustadas em contrato revestido das formalidades legais. Matéria de alta indagação que não comporta decisão sumária em prejuízo de uma das partes contratantes. III- recurso conhecido e provido. Liminar revogada. Decisão unânime.

(Ag.Instr. – Pa. Acórdão nº 41.928. Relatora: Desa. SONIA MARIA DE MACEDO PARENTE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 17/11/200).

INFIEL DEPOSITÁRIO. DIREITO DE LOCOMOÇÃO. AGRAVO.

A LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO, DIREITO ASSEGURADO NA CARTA MAGNA, É O BEM JURÍDICO DE MAIOR IMPORTÂNCIA DEPOIS DA VIDA. A SEGREGAÇÃO DO INFIEL DEPOSITÁRIO SÓ SE JUSTIFICA QUANDO HOVER ÍNDISCUTÍVEL TRANSFERÊNCIA DE QUE OS ENCARGOS INERENTES A ESSA CONDIÇÃO FORA, POR ELE DESVIRTUADOS, INCIDINDO A PENHORA SOBRE BEM IMÓVEL, NÃO HÁ QUE SE COGITAR DA PRESENÇA DE DEPOSITÁRIO INFIEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº 42.631. Relatora: Dra. ANA TEREZA SERENI MURIETA., Juíza convocada. 1ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 04/06/2001).

TRÂNSITO. MORTE DO CONDUTOR CAUSADOR DO ACIDENTE. ESPÓLIO. CHAMAMENTO A LIDE. PRESUNÇÃO DE CO-RESPONSABILIDADE.

COMPROVADO NOS AUTOS QUE O FALECIDO CONDUTOR DO VEÍCULO CAUSADOR DO ACIDENTE INGERIU BEBIDA ALCOÓLICA, TEM-SE COMO IMPRESCINDÍVEL CHAMAMENTO A LIDE DO ESPÓLIO QUE REPRESENTA, POR PRESUNÇÃO DE CO-RESPONSABILIDADE NO ACIDENTE DE TRÂNSITO QUE CAUSOU DANOS A OUTREM. PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PRESUMIDA. EXEGESE DO ARTIGO 70, III, DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO PARCIAL. DECISÃO UNÂNIME.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº42.632. Relatora: Dra. ANA TEREZA SERENI MURIETA., Juíza convocada. 1ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 04/06/2001).

NOMEAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO COM PEDIDO LIMINAR. JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA. OITIVA DE TESTEMUNHAS.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA “ AD CAUSAM” DOS AGRAVANTES DE INTEGRAREM COMO RÉUS A RELAÇÃO PROCESSUAL ORIGINAL. NOMEAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO COM PEDIDO LIMINAR. JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA. OITIVA DE TESTEMUNHAS. 01. NÃO HÁ ILEGITIMIDADE PASSIVA EM SE AJUIZAR CONTRA PREPOSTO DE ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO QUE NÃO TEM PERSONALIDADE JURÍDICA. PRELIMINAR REJEITADA ‘A UNANIMIDADE. 02. NO MÉRITO A ALEGAÇÃO DE QUE O AGRAVADO NÃO TINHA A POSSE DA ÁREA, POIS A EXERCIA A TÍTULO DE MERA PERMISSÃO, COLIDE COM A PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL COLHIDA NA JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA. DECISÃO UNÂNIME.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº42.681. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza convocada. 3ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 07/06/2001).

COMPLEMENTAÇÃO EM PAGAMENTO DETERMINADA PELO MAGISTRADO EM SIMPLES DESPACHO. OFENSA À TÉCNICA PROCESSUAL.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. A COMPLEMENTAÇÃO EM PAGAMENTO DETERMINADA PELO MAGISTRADO EM SIMPLES DESPACHO, OFENDE A TÉCNICA PROCESSUAL QUE A ADMITE APENAS EM SENTENÇA, POIS SOMENTE PODE ELE APRECIAR O MÉRITO DA CAUSA. DECISÃO UNÂNIME.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº42.682. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza convocada. 3ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 07/06/2001).

CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DEVIDA POR MEIO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA. INADMISSIBILIDADE.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NÃO SE ADMITE EM CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL O PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DEVIDA POR MEIO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA, MORMENTE PORQUE ALÉM DE NÃO SE PREVER ESSA MODALIDADE DE PAGAMENTO NO CONTRATO, NÃO HÁ COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DA PROPRIEDADE DE TAIS TÍTULOS, ALÉM DE LHES FALTAR LIQUIDEZ. DECISÃO UNÂNIME.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº42.683. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza convocada. 3ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 21/06/2001).

AGRAVO. ADMISSIBILIDADE. TEMPESTIVIDADE. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO. SÚMULA STJ 223.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ADMISSIBILIDADE. TEMPESTIVIDADE. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO. 1. A JUNTADA DA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA É ESSENCIAL E OBRIGATÓRIA, CONSTITUINDO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE, POIS FUNDAMENTAL PARA O EXAME DA TEMPESTIVIDADE. O DESCUMPRIMENTO DESSA REGRA IMPÕE O NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO. PRECEDENTES. SÚMULA STJ Nº223.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº42.349. Relator: Des. GERALDO DE MORAES CORREA LIMA. 3ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 26/04/2001).

RECURSO. DESISTÊNCIA. ANUÊNCIA DO RECORRIDO. HOMOLOGAÇÃO.

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESISTÊNCIA. ANUÊNCIA DO RECORRIDO. HOMOLOGAÇÃO. A DESISTÊNCIA DA PRETENSÃO RECURSAL É DIREITO DO RECORRENTE PRESCINDINDO DE JUSTIFICATIVA E DA AQUIESCÊNCIA DO RECORRIDO. DESISTÊNCIA HOMOLOGADA, DETERMINANDO-SE SEU ARQUIVAMENTO.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº42.350. Relator: Des. GERALDO DE MORAES CORREA LIMA. 3ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 26/04/2001).

AÇÃO RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO – ÔNUS DA PROVA – QUANTIA RELATIVA À PERÍCIA – ARTIGO 19, §2º E 33 DO CPC.

Processo Civil. Agravo de Instrumento. Ação Renovatória de Locação. Oposição da agravante em depositar a quantia relativa à perícia determinada de ofício, pelo juízo “A quo”. É de responsabilidade do autor, a quem cabe o ônus de provar o que alega, adiantar as despesas, como remuneração de perito, cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério público. Inteligência do art. 19, § e 33, do CPC. Recurso conhecido, mas improvido. Decisão unânime.

(Ag.Instr. – Pa. Acórdão nº 41.733. Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 23/02/2001).

INTERDIÇÃO – TUTELA ANTECIPADA – CONCESSÃO SEM PROVA INEQUÍVOCA DA SENILIDADE E PRODIGALIDADE DE PESSOA IDOSA – INADMISSIBILIDADE.

Agravo de Instrumento. Interdição. Tutela antecipada. Concessão sem prova inequívoca da senilidade e prodigalidade de pessoa idosa. Inadmissibilidade. I- A idade avançada de alguém por si só, não leva à presunção de que não possa administrar os seus bens e reger a sua pessoa, e conseqüentemente, que seja interditada, antes de ser interrogada pelo juiz e examinada por médicos especializados. Muito menos que seja concedida tutela antecipada da interdição. II- Agravo de Instrumento, provido à unanimidade.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº41.751. Relatora : Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento : 12/03/2001).

APELAÇÃO

BUSCA E APREENSÃO – DECRETO LEI Nº911/69 – NÃO PAGAMENTO DE PARCELAS PACTUADAS – VENCIMENTO DE DÍVIDA – RECURSO IMPROVIDO.

APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. DECRETO LEI Nº911/69. I. O NÃO PAGAMENTO DE PARCELAS PACTUADAS AUTORIZA O VENCIMENTO DA DÍVIDA E A CONSEQÜENTE RETOMADA DO VEÍCULO FINANCIADO. NA POSIÇÃO DE DEVEDOR CUMPRE-LHE PAGAR A DÍVIDA, IMPORTANDO O ATRASO DE 1 (UMA) PRESTAÇÃO NO VENCIMENTO ANTECIPADO DO SALDO. II. O DECRETO LEI Nº911/69, QUE REGULA A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM SEU ART. 2º, DÁ OPORTUNIDADE AO PROPRIETÁRIO FIDUCIÁRIO A VENDER A COISA, OBJETO DA ALIENAÇÃO A TERCEIROS, QUANDO OCORRE A INADIMPLÊNCIA DO COMPRADOR FIDUCIANTE E APLICAR O PREÇO APURADO NO PAGAMENTO DE SEU CRÉDITO E NO PAGAMENTO DAS DESPESAS DAÍ DECORRENTES, JUROS E COMISSÕES. HAVENDO, AINDA, SALDO ENTREGARÁ AO DEVEDOR.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº41.942. Relatora: Des. MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE. 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 15/03/2001).

RENOVATÓRIA DE ALUGUEL – IMPOSSIBILIDADE – NECESSIDADE DE IMÓVEL PARA USO PRÓPRIO – AFIRMAÇÃO DO LOCADOR – PRESUNÇÃO “JURIS TANTUM.

RENOVATÓRIA DE ALUGUEL. I. O CONTRATO DE LOCAÇÃO PODERÁ NÃO SER RENOVADO CASO O LOCADOR ALEGUE NECESSITAR DO IMÓVEL PARA USO PRÓPRIO OU PARA TRANSFERIR USO DE FUNDO DE COMÉRCIO, EXISTENTE HÁ MAIS DE UM ANO. II. A AFIRMAÇÃO DO LOCADOR TEM PRESUNÇÃO DE “ JURIS TANTUM” DE SINCERIDADE DO PEDIDO.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº41.943. Relatora: Des. MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE. 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 15/03/2001).

AÇÃO MONITÓRIA – DESOBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 1.102 DO CPC – PROCEDÊNCIA DO PEDIDO – CONVERSÃO DOS TÍTULOS ACOSTADOS À INICIAL EM TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL – ADMISSIBILIDADE – RECURSO IMPROVIDO.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. DESOBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 1.102, LETRA C, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO COM A CONVERSÃO DOS TÍTULOS ACOSTADOS À INICIAL, EM TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. ADMISSIBILIDADE. 1. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR ERRO DE FORMALIDADE DO MANDADO. ANULAÇÃO DO PROCESSO ATÉ A CITAÇÃO. INACOLHIDA PELOS FUNDAMENTOS CONSTANTES NESTE ACÓRDÃO. 2. OS DOCUMENTOS APONTADOS DEMONSTRAM A PRESENÇA DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE CREDOR DE DEVEDOR E DENOTA INDÍCIOS DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO, MOSTRANDO-SE HÁBEIS A INSTRUIR A AÇÃO MONITÓRIA. À FALTA DE APRESENTAÇÃO DOS EMBARGOS, PREVISTOS NO ART. 1.102, LETRA C, ENSEJA A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO COM A CONVERSÃO DOS TÍTULOS ACOSTADOS À INICIAL, EM TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. 3. RECURSO CONHECIDO, MAS IMPROVIDO.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº41.239. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 07/12/2000).

OBRIGAÇÕES DITADAS NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. REPASSE DE VALORES PELA PREFEITURA À CÂMARA.

O MANDADO DE SEGURANÇA AMOLDA-SE AO ORDENAMENTO JURÍDICO PARA EXIGIR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DITADAS NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. A POSTULAÇÃO AO REPASSE DE VALORES PELA PREFEITURA MUNICIPAL À CÂMARA, NÃO APRESENTA SIMILITUDE COM A AÇÃO DE COBRANÇA, ESTA SIM, VEDADA PELA SÚMULA 269, DO STF, APELO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº42.630. Relatora: Dra. ANA TEREZA SERENI MURRIETA, Juíza convocada. 1ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 04/06/2001).

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA – TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL – ASSINATURA DO DOCUMENTO PELO DEVEDOR E POR TESTEMUNHAS – RECURSO PROVIDO.

O CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA É TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, NOS TERMOS DO ART. 585, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DESDE QUE ASSINADO PELO DEVEDOR E POR 02 (DUAS) TESTEMUNHAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº41.702. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 19/03/2001).

OBRA CONCLUÍDA OU EM FASE DE CONCLUSÃO – AÇÃO DE NUNCIAÇÃO – INCABIMENTO – INDENIZAÇÃO CABÍVEL – SENTENÇA ANULADA.

SE A OBRA ESTIVER CONCLUÍDA OU PRATICAMENTE CONCLUÍDA, NÃO CABE MAIS A AÇÃO DE NUNCIAÇÃO, ENTRETANTO, SE HOVER CUMULAÇÃO COM O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, PODERÁ ESTE SER ACOLHIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA ANULAR A SENTENÇA DE 1º GRAU, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº41.703. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 26/03/2001).

REGISTRO PÚBLICO – LEI Nº6.015/73 – DÍVIDA – ART. 198 – CARTA DE ADJUDICAÇÃO – DESAPROPRIAÇÃO – INADMISSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DE ITBI.

REGISTRO PÚBLICO. LEI Nº6.015/73. DÍVIDA. ART. 198. CARTA DE ADJUDICAÇÃO. DESAPROPRIAÇÃO. 1. A DÚVIDA SUSCITADA PELO OFICIAL DO REGISTRO, REFERE-SE AO PAGAMENTO DE ITBI. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS, QUANDO DO REGISTRO DE CARTA DE ADJUDICAÇÃO EM AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO. 2. SENDO A DESAPROPRIAÇÃO MODO ORIGINÁRIO DE AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE, HAVENDO TRANSFERÊNCIA E NÃO TRANSMISSÃO, INADMISSÃO A INCIDÊNCIA DO REFERIDO IMPOSTO. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(Ap.Civ. PA. Acórdão nº41.721. Relatora: Desa. MARIA HELENA D'ALMEIDA. 1ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 19/02/2001).

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO – DANO INJUSTO – COMPROVAÇÃO – SENTENÇA MANTIDA.

1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA. APELAÇÃO CÍVEL. COMPROVADO O DANO INJUSTO DE QUE FOI VÍTIMA A APELADA, É DE SER MANTIDA A SENTENÇA EM TODOS OS SEUS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Civ. PA. Acórdão nº42.450. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. 1ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 07/05/2001).

DESPESAS MÉDICAS E INTERNAÇÕES HOSPITALARES – AÇÃO ORDINÁRIA DE REEMBOLSO – SEGURO – RECURSO IMPROVIDO.

1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURADO QUE SE SUBMETE A INTERNAÇÃO PARA TRATAMENTO CLÍNICO E EXAMES. JÁ QUE O PLANO DE SAÚDE NÃO TEM CONDIÇÕES DE PRESTAR OS SERVIÇOS DE QUE NECESSITA O SEGURADO, É JUSTO O REEMBOLSO DAS DESPESAS QUE FOI OBRIGADO A FAZER. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Civ. PA. Acórdão nº42.451. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. 1ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 21/05/2001).

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA DE CANCELAMENTO DE PROTESTO – DUPLICATA MERCANTIL – TÍTULO IRREGULAR – MERCADORIA – ENTREGA NÃO COMPROVADA.

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA DE CANCELAMENTO DE PROTESTO. DUPLICATA MERCANTIL. A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO RESPECTIVO INSTRUMENTO DE PROTESTO, SUSCITADA PELA APELANTE FOI REJEITADA. TÍTULO QUE SE ENTREMOSTRA IRREGULAR, POR NÃO CORRESPONDER AO NEGÓCIO ENTABULADO E QUE NÃO SE FAZ ACOMPANHAR DE QUALQUER DOCUMENTO, COMPROVANDO A ENTREGA DA MERCADORIA, NÃO SERVE PARA ARRIMAR O PROTESTO CAMBIAL. RECURSO PROVIDO.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº41.345. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 14/02/2000).

EMBARGOS À EXECUÇÃO – COBRANÇA DE DUPLICATA – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS – REQUISITOS – NECESSIDADE PARA A CONSTITUIÇÃO E VALIDADE DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL – NULIDADE DO PROCESSO – RECURSO IMPROVIDO.

Apelação Cível – Embargos à execução – Cobrança de duplicata – Os pressupostos processuais são requisitos necessários para a constituição e validade da relação jurídica processual – A ausência de qualquer deles acarreta a nulidade do processo – In casu, MMº. Juízo da Vara da Capital julgou extinto o processo sem julgamento do mérito por ausência dos requisitos identificadores do título executivo – Mantida a decisão “a quo” – Unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº41.948. Relatora: Desa. MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE. 3ª C.Civ.Isol. Unânime. Julgamento: 19/04/2001).

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA DE CANCELAMENTO DE PROTESTO – DUPLICATA MERCANTIL – TÍTULO IRREGULAR – MERCADORIA – ENTREGA NÃO COMPROVADA.

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA DE CANCELAMENTO DE PROTESTO. DUPLICATA MERCANTIL. A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO RESPECTIVO INSTRUMENTO DE PROTESTO, SUSCITADA PELA APELANTE FOI REJEITADA. TÍTULO QUE SE ENTREMOSTRA IRREGULAR, POR NÃO CORRESPONDER AO NEGÓCIO ENTABULADO E QUE NÃO SE FAZ ACOMPANHAR DE QUALQUER DOCUMENTO, COMPROVANDO A ENTREGA DA MERCADORIA, NÃO SERVE PARA ARRIMAR O PROTESTO CAMBIAL. RECURSO PROVIDO.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº41.345. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 14/02/2000).

INVENTÁRIO – HERDEIROS MENORES – ADIANTAMENTO DE QUINHÃO – INADMISSIBILIDADE – MINISTÉRIO PÚBLICO – NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO.

INVENTÁRIO. HERDEIRO MENORES. ADIANTAMENTO DE QUINHÃO. INADMISSIBILIDADE. MINISTÉRIO PÚBLICO. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO. 1. TRATANDO-SE DE AÇÃO DE INVENTÁRIO, COM HERDEIROS MENORES DEVIDAMENTE HABILITADOS, IMPRESCINDÍVEL A MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL. 2. PARA REALIZAÇÃO DE QUALQUER ATO EM PROCESSO DE INVENTÁRIO, É NECESSÁRIA QUIESCÊNCIA, NÃO SÓ DO INVENTARIANTE, COMO DE TODOS OS HERDEIROS HABILITADOS. 3. A DECISÃO AGRAVADA CONTRARIA AS NORMAS LEGAIS REFERENTES A MATÉRIA, EM TODOS OS PONTOS, RAZÃO PELA QUAL DEVE SER MODIFICADA. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(Ap.Civ.-Pa. Acórdão nº 41.746. Relatora: Desa. MARIA HELENA D' ALMEIDA FERREIRA. 3ª Cível Isolada. Unânime. Julgamento:12/03/2001).

EXECUÇÃO DE SENTENÇA – CONDENAÇÃO DE BANCO INCORPORADO POR OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

Execução de Sentença. Condenação de banco incorporado por outra instituição financeira. I- Até prova em contrário, havendo a incorporação, a instituição financeira que assumiu o ativo deve também responder pelo passivo do Banco incorporado, vez que se lhe transferem direitos e obrigações. II- Recurso conhecido mas improvido. Mantido o despacho hostilizado.

(Ap.Civ.- Pa. Acórdão nº 41.929. Relatora: SÔNIA DE MACEDO PARENTE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 05/04/2001).

PENSÃO DE ALIMENTOS FIXADA EM DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS – AÇÃO REVISIONAL PARA REDUÇÃO DE ALIMENTOS –SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS ALIMENTADOS PIORADA EM VIRTUDE DE DESEMPREGO DA MÃE – RECURSO PROVIDO.

Processo civil. Ação Revisional para redução de alimentos. Sentença que acertadamente fixou o pagamento da pensão em dois salários mínimos. Apelação. Comprovada está nos autos a boa condição financeira do alimentante, que não sofreu qualquer modificação. Entretanto, a situação econômica dos alimentados modificou-se para pior, em virtude do desemprego da mãe dos menores, que há quando da ação de alimentos e da sentença, estava empregada. Recurso conhecido e provido, à unanimidade.

(Ap.Civ.- Pa. Acórdão nº 41.757. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 05/02/2001).

EMBARGOS À EXECUÇÃO – CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL – TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL – DECRETO-LEI Nº413/69 – RECURSO IMPROVIDO.

A Cédula de Crédito Industrial é título executivo extrajudicial, cuja força executiva decorre do Decreto-Lei nº 413, de 09/01/69. Não pode prosperar a alegação de ausência de demonstrativo de débito, se o mesmo foi devidamente juntado à inicial, na forma prevista no art. 614, II, do Código de Processo Civil. Pelo princípio consagrado no brocardo *tantum devolutum quantum appellato*, somente pode ser objeto de apreciação as questões impugnadas, salvo as de ofício. Recurso conhecido e improvido à unanimidade.

(Ap.Civ.- Pa. Acórdão nº 41.701. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/03/2001).

BEM DE HERANÇA E BEM DE FAMÍLIA – IMPENHORABILIDADE – LEI 8.009/90 – EMBARGOS DE TERCEIRO – CABIMENTO – PRESERVAÇÃO DE BEM DE ESPÓLIO NOMEADO À PENHORA SOMENTE PELA MEEIRA – RECURSO IMPROVIDO.

Apelação Cível. Embargos de Terceiro. Bem de herança e bem de família. Impenhorabilidade. Lei 8.009/90. Cabível Embargos de Terceiro opostos pelos herdeiros legítimos afim de preservar bem de espólio nomeado à penhora somente pela meeira. Tem-se como impenhorável, de acordo com a Lei 8.009/90, o único bem imóvel da família ainda que nele não residam os embargantes. Recurso conhecido, mas, improvido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - Pa. Acórdão nº 41.936. Relatora: Desa. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE. 3ª Câmara Cível Isolada. Maioria de votos. Julgamento: 17/011/2000).

AÇÃO DE DESPEJO – ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – DECISÓRIO DE CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS LEGAIS – RECURSO IMPROVIDO.

Apelação Cível. Ação de Despejo. Preliminar rejeitada. Pela análise do processo, e de acordo com as provas dos autos é cabível o despejo, e conseqüentemente o ônus da sucumbência. O decisório de primeira instância foi prolatado com fundamento nos ditames legais e em direito admitidos, estando assim de acordo com a lei vigente, e preenchidos os requisitos legais no que se refere ao despejo. Recurso conhecido e improvido. Unanimidade de votos.

(Ap.Civ. – Pa. Acórdão nº 41.550. Des. PEDRO PAULO MARTINS. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento 21/12/200).

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA – TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL – ASSINATURA DO DOCUMENTO PELO DEVEDOR E POR TESTEMUNHAS – RECURSO PROVIDO.

O Contrato de Confissão de Dívida é título executivo extrajudicial, nos termos do art. 585, II, do Código de Processo Civil, desde que assinado pelo devedor por 02 (duas) testemunhas. Recurso conhecido e provido à unanimidade de votos.

(Ap.Civ. – Pa . Acórdão nº 41.702. Des. PEDRO PAULO MARTINS. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento:19/03/2001).

OBRA CONCLUÍDA OU EM FASE DE CONCLUSÃO – AÇÃO DE NUNCIÇÃO – INCABIMENTO – INDENIZAÇÃO CABÍVEL – SENTENÇA ANULADA.

Se a obra estiver concluída ou praticamente concluída, não cabe mais ação de Nunciação, entretanto, se houver cumulação com o pedido de indenização, poderá este ser acolhido. Recurso conhecido e provido de 1º grau, à unanimidade de votos.

(Ap.Civ. – Pa. Acórdão nº 41.703. Relator: Des. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/03/2001).

AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA – ALUGUEL E ACESSÓRIOS DE LOCAÇÃO – REVELIA – RECURSO IMPROVIDO.

Apelação Cível. Direito Processual Civil. Ação de despejo c/c com cobrança de aluguéis e acessórios de locação. Preliminar de ilegitimidade passiva “ad causam”. Rejeitada à unanimidade. Preliminar de cerceamento de defesa. Rejeitada à unanimidade. No mérito, uma vez aplicada a revelia na ação de despejo, é incabível aos réus/apelantes alegarem nas razões do recurso matéria de fato que deixaram de impugnar na contestação. Recurso conhecido, mas improvido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. – Pa. Acórdão nº 41.935. Relatora: Des. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE. 3ª Câmara Cível Isolada. Julgamento: 19/04/2001).

AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO POR ATO ILÍCITO – RESPONSABILIDADE CIVIL – ATO ILÍCITO CONFIGURADO – INDENIZAÇÃO.

Apelação Cível. Ação de Reparação de Dano por ato ilícito. Preliminar rejeitada. Caracterizado do nexa causal. Responsabilidade civil. Ato ilícito configurado. Reparação de dano moral e material. Indenização correspondente ao dano causado, determinada e fixada de conformidade com a Lei, devendo ser mantida a decisão de primeira instância. Recurso conhecido e improvido. Unanimidade de votos.

(Ap.Civ.- Pa. Acórdão nº 41.548. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/02/2001).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

MANDADO DE SEGURANÇA – JUSTIÇA GRATUITA – COMPETÊNCIA – PREVALÊNCIA – VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - EXCEÇÃO – CONFLITO PROCEDENTE.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA PROPOSTO ATRAVÉS DA JUSTIÇA GRATUITA. A COMPETÊNCIA DA VARA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA PREVALECE SOBRE TODAS AS DEMAIS, INCLUSIVE AS PRIVATIVAS, EXCETO A DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, CONFORME DISPÕE O ARTIGO 121 DO CÓDIGO JUDICIÁRIO DO ESTADO. PROCEDÊNCIA DO CONFLITO. DECISÃO POR MAIORIA.

(Confl. Neg.Comp. - PA. Acórdão 41.234 . Relatora: Desa. CLIMENIÊ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. Tribunal Pleno. Por maioria. Julgamento: 27/12/2000).

REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO –RETIFICAÇÃO – AÇÃO FUNDADA EM DIREITO PESSOAL – COMPETÊNCIA DO FORO DO DOMICÍLIO – CONFLITO NÃO CARACTERIZADO.

Processo Civil. Retificação de registro civil de casamento. Conflito de competência. Juízo de direito da comarca de Ourém e Viseu. Ação com fulcro no art. 109 e seus parágrafos, da Lei 6.015/73, Lei de Registros Públicos. Possibilidade de serem propostas em jurisdição diversa, cabendo apenas envio do mandado de retificação ao juízo do cartório onde se acha lavrado o assento. Ação fundada em direito pessoal. Competência do foro do domicílio. Não socorre ao suscitante o arimo da Lei 3.764/60. Conflito não caracterizado, na espécie, por isso não conhecido. Decisão unânime.

(Confl.Comp.- Pa. Acórdão nº 41.478. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento:14/02/2001).

MANDADO DE SEGURANÇA – JUSTIÇA GRATUITA – COMPETÊNCIA – PREVALÊNCIA – VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - EXCEÇÃO – CONFLITO PROCEDENTE.

Conflito de Competência Cível. Mandado de Segurança proposto através da justiça gratuita. A competência da vara da assistência judiciária prevalece sobre todas as demais, inclusive privativas, exceto a da infância e juventude, conforme dispõe o art. 121 do Código Judiciário Estado. Procedência do conflito. Decisão por maioria.

(Confl.Comp.- Pa. Acórdão nº 41.234. Relatora: Desa. CLIMENIE BERNADETE ARAÚJO PONTES. Órgão Especial. Maioria de votos. Julgamento: 27/12/2000).

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

AÇÃO MONITÓRIA – TÍTULO EXECUTIVO – DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE DÉBITO – ART.741 DO CPC.

Ação Monitória. Embargos de Declaração. I- Matéria relativa ao julgamento do feito, cabalmente examinada, sem que evidencie nenhuma omissão no V. Acórdão disso resultante. II- Monitória que procedente constitui o documento comprobatório do débito em título executivo, em sendo ajuizada Ação Executiva, poderão ser opostos Embargos e então terá o devedor oportunidade de discutir a dívida, observando o art. 741 do Código de Processo Civil.

(EmbDecl.- Pa Acórdão nº 41.944. Relatora: Desa. MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 29/03/2001).

EFEITO INFRINGENTE AOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS – INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO – EMBARGOS REJEITADOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AS RAZÕES DO V. ACÓRDÃO EMBARGADO SE ACHAM PERFEITAMENTE DELINEADAS, DECIDINDO A EGRÉGIA CÂMARA JULGADORA, À UNANIMIDADE DE VOTOS, DE ACORDO COM O QUE ESTÁ NOS AUTOS. ADEMAIS, AS QUESTÕES POSTAS SE AFIGURAM INABORDÁVEIS NESTA SEDE RECURSAL, EIS QUE AS MESMAS SÓ SÃO COMPORTÁVEIS NO RECURSO DE APELAÇÃO, POIS É INADMISSÍVEL, CONSOANTE MELHOR DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA, A CONCESSÃO DO EFEITO INFRINGENTE AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. E NÃO HAVENDO OMISSÃO, CUMPRIDO SE ACHA O REQUISITO DO PRÉQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

(EmbDecl. – PA. Acórdão Nº41.510. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 11/08/2000).

MANDADO DE SEGURANÇA – EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO E FUNÇÃO GRATIFICADA – LEI 5.810/94 – REJEIÇÃO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO AO V. ACÓRDÃO Nº41.393. TENDO O ACÓRDÃO EMBARGADO DIRIMIDO O DIREITO DOS IMPETRANTES À INCORPORAÇÃO, ATRAVÉS DA DATA DA DESINVESTIDURA, OCORRIDA SOB IMPÉRIO DA LEI Nº5.810/94, NÃO RESULTAM CARACTERIZADAS AS VIOLAÇÕES INVOCADAS, E SIM, A PRETENSÃO INFRINGENTE INADEQUADA AOS TREITOS LIMITES DA VIA RECURSAL. CONHECIMENTO. REJEIÇÃO.

(EmbDecl. - PA. Acórdão nº42.416. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. C.Civ.R. Unânime. Julgamento: 08/05/20001).

MANDADO DE SEGURANÇA

**ATO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO –
INCORPORAÇÃO DE ADICIONAL – CONCESSÃO DE EM PARTE.**

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEITADA À UNANIMIDADE. PRELIMINAR DE FALTA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. REJEITADA À UNANIMIDADE. PRELIMINAR DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA LEI EM TESE. REJEITADA À UNANIMIDADE. MÉRITO. INCORPORAÇÃO DE SEGURANÇA CONCEDIDA EM PARTE. DECISÃO UNÂNIME.

**(M.S. - PA. Acórdão nº42.225. Relatora: Des. MARIA LÚCIA GOMES
MARCOS DOS SANTOS. C.Civ.R. Unânime. Julgamento: 10/04/2001).**

**ISONOMIA DE VENCIMENTOS – MANDADO DE SEGURANÇA – PRELIMINAR
REJEITADA – CONCESSÃO UNÂNIME.**

MANDADO DE SEGURANÇA. ISONOMIA DE VENCIMENTOS. PRELIMINARES: DECADÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO POR TRATAR-SE DE ATO DE TRATO SUCESSIVO, RENOVANDO-SE A CADA PRÁTICA. REJEIÇÃO. MÉRITO: A IMPETRAÇÃO OBJETIVA TRATAMENTO ISONÔMICO, FACE O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE SERVIDORES DA MESMA CATEGORIA E NÃO VINCULAÇÃO SALARIAL, NÃO RESULTANDO CARACTERIZADA A VEDAÇÃO ESTABELECIDADA NO ART. 7º, INCISO IV DA CF. A DESPEITO DO ADVENTO DA E.C. Nº19, A ISONOMIA INVOCADA NA HIPÓTESE SUB JUDICE CONSTITUI COROLÁRIO DA DISPOSIÇÃO DO "CAPUT" DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSOANTE PRECEDENTES DESTA E. CORTE. CONCESSÃO UNÂNIME.

**(M.S. - PA. Acórdão nº42.417. Relatora: Des. ALBANIRA LOBATO
BEMERGUY. C.Civ.R. Unânime. Julgamento: 10/04/2001).**

DIREITO TRIBUTÁRIO – ICMS – NÃO SUBMISSÃO A OBRIGATORIEDADE DE PROMOVER A CIRCULAÇÃO FÍSICA DO BEM – APRESENTAÇÃO DA G.A.C.L - IMPROPRIEDADE DO MANDAMUS PARA CONCESSÃO DA TUTELA JURISDICIONAL.

Mandado de Segurança – Direito Tributário – ICMS – Não submissão a obrigatoriedade de promover a circulação física do bem, mediante a apresentação de G.A.C.L. – Extinção do processo sem julgamento do mérito face o “mandamus” não ser o meio próprio para a concessão da tutela jurisdicional – Unanimidade.

(M.S. – PA. Acórdão nº41.521. Relatora: Desa. MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE. C.C.R. Unânime. Julgamento: 20/02/2001).

ESCREVENTE AUXILIAR – APOSENTADORIA – SUBSTITUIÇÃO – EFETIVAÇÃO – AQUISIÇÃO – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – SEGURANÇA DENEGADA.

Mandado de Segurança. Efetivação de serventia- vaga por aposentadoria do Titular, garantida ao Escrevente Auxiliar que se encontra no exercício do cargo há mais de cinco anos. Aplicação do art.309, § 3º, da CE/89, que o ampara. Declaração de sua inconstitucionalidade. Impossibilidade. I- O substituto dos serviços notariais e de registro e outras serventias, que estejam na função na data da promulgação da Constituição Federal, há pelo menos cinco (5) anos consecutivos, adquire a efetivação, como titular de serventia vaga. II- O Mandado de Segurança, não é substituto da Ação Direta de Inconstitucionalidade. III- Segurança Denegada à unanimidade.

(M.S. – PA. Acórdão nº41.518. RELATORA: DESª. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. Org.Esp. Unânime. Julgamento: 21/02/2001).

REEXAME DE SENTENÇA

PENSÃO POR MORTE – SERVIDOR PÚBLICO – BENEFICIÁRIO – PERCEPÇÃO EM SUA TOTALIDADE – PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.

PENSÃO POR MORTE. SERVIDOR PÚBLICO. BENEFICIÁRIO DE PENSÃO POR MORTE TEM DIREITO À PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO EM SUA TOTALIDADE, CORRESPONDENDO ESTE AOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS AUFERIDOS PELO SERVIDOR FALECIDO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. À UNANIMIDADE.

(Reex.Sent. - PA. Acórdão nº42.449. Relator: Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA. 1ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 14/05/2001).

SERVIDOR FALECIDO. PENSÃO. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS. REEXAME NECESSÁRIO.

REEXAME NECESSÁRIO. A PENSÃO POR MORTE CORRESPONDERÁ A TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS RECEBIDOS PELO SERVIDOR FALECIDO. INTERPRETAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DA NORMA CONTIDA NO PARÁGRAFO 5º, DO ARTIGO 40, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NESSE MESMO DIAPASÃO, ESCLARECENDO QUE O DISPOSITIVO RETRO-MENCONADO ENCERRA DIREITO AUTOAPLICÁVEL, QUE DISPENSA REGULAMENTAÇÃO, PARA SER VIABILIZADO. RECURSOS IMPROVIDOS.

(Reex.Sent. - PA. Acórdão nº42.539. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 11/08/2000).

SERVIDOR PÚBLICO – INCORPORAÇÃO – CARGO EM COMISSÃO – DIREITO LÍQUIDO E CERTO – SEGURANÇA CONCEDIDA PARA INCORPORAÇÃO PLEITEADA.

SERVIDOR PÚBLICO – INCORPORAÇÃO – CARGO EM COMISSÃO -ART. 140, III, DO REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES CIVIS DO ESTADO DO PARÁ. CONSIDERANDO QUE DEVIDAMENTE COMPROVADO O DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA IMPETRANTE, A SEGURANÇA DEVE SER CONCEDIDA PARA A INCORPORAÇÃO PLEITEADA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. UNÂNIME.

(Reex.Sent. - PA. Acórdão nº42.476. Relator: Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA. 1ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 14/05/2001).

PENSÃO POR MORTE – BENEFÍCIO DE SERVIDOR FALECIDO – DIREITO À TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS – ART. 40, §5º (ATUALMENTE §7º) – EMENDA CONSTITUCIONAL Nº20/98 – SENTENÇA MANTIDA.

Reexame de Sentença e Apelação Cível. Pensão por morte. Benefício de Servidor Falecido. Direito à totalidade dos vencimentos ou proventos daquele. Constituição Federal art.40, §5º (atualmente, §7º). I- Beneficiários de pensão por morte de servidor tem direito a 100% de seus vencimentos ou proventos, como lhes é assegurado pelo §5º, hoje 7º e 3º, com a nova redação dada pela ECnº 20/98, do art.40, da CF/88. II- A garantia é de eficácia imediata. A parte final do dispositivo constitucional “até o limite estabelecido em lei”- não constitui óbice à fruição do benefício porque a locução diz respeito ao limite de remuneração dos servidores públicos inseridos no art.37, XI, da CF, não subsistindo as disposições da legislação estadual que limitam o valor da pensão, porque incompatíveis com a nova ordem constitucional. III- Precedentes jurisprudenciais: Acórdão nº.35.138, rel. Desª. Rutéa Valente do Couto Fortes; acórdão nº.22.001-Rel. Des. Almir de Lima Pereira, acórdãos nºs.39.209 e 39.183, em que fui relatora. IV- Sentença mantida à unanimidade.

(Reex.Sent./Ap.Civ. – PA. Acórdão nº.41.725 – PA. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 05/03/2001).

SERVIDOR FALECIDO. PENSÃO. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS.

REEXAME NECESSÁRIO. A PENSÃO POR MORTE CORRESPONDERÁ A TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS RECEBIDOS PELO SERVIDOR FALECIDO. INTERPRETAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DA NORMA CONTIDA NO PARÁGRAFO 5º, DO ARTIGO 40, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NESSE MESMO DIAPASÃO, ESCLARECENDO QUE O DISPOSITIVO RETRO-MENCIONADO ENCERRA DIREITO AUTOAPLICÁVEL, QUE DISPENSA REGULAMENTAÇÃO, PARA SER VIABILIZADO. RECURSOS IMPROVIDOS.

(Reex.Sent./Ap.Civ. – PA. Acórdão nº42.539. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 12/05/2000).

CONSTITUCIONAL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

CONSTITUCIONAL – INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS – LEI ORGÂNICA MUNICIPAL – TRANSCRIÇÃO – DECRETO-LEI Nº201/67 – CONSTITUCIONALIDADE – CRIAÇÃO DE MODALIDADES DE INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS – INCONSTITUCIONALIDADE.

CONSTITUCIONAL. INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. TRANSCRIÇÃO. DECRETO-LEI Nº201/67. CONSTITUCIONALIDADE. CRIAÇÃO DE MODALIDADES DE INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS. INCONSTITUCIONALIDADE. 1. NÃO É INCONSTITUCIONAL A TRANSCRIÇÃO DE DISPOSITIVOS FEDERAIS QUE TRATAM DE ASSUNTOS LOCAIS POR LEIS MUNICIPAIS. 2. A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL PODE ESTABELECEER NORMAS SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DE PREFEITO MUNICIPAL POR INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS QUE COLIDEM COM OS DISPOSITIVOS DO DECRETO-LEI Nº201/67. 3. O DECRETO-LEI Nº201/67 FOI RECEPCIONADO PELA CARTA DE 1988. ASSIM, A CRIAÇÃO DE NOVAS MODALIDADES DE INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS CABE À LEGISLAÇÃO (COM APOIO TAMBÉM NA INTELIGÊNCIA DO ART. 52, DA CONSTITUIÇÃO DO PARÁ). 4. AÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE APENAS DOS DISPOSITIVOS INCISOS IX E XI, DO ART. 52, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CURURUÇÁ, POR CRIAREM MODALIDADES DE INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS.

(A.D.INC. - PA. Acórdão nº41.815. Relatora: Desa. CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. Órg.Esp. Por maioria. Julgamento: 28/03/2001).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – EMENDA LEGISLATIVA – CRIAÇÃO DE DESPESA – INCONSTITUCIONALIDADE.

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA LEGISLATIVA. CRIAÇÃO DE DESPESA. INCONSTITUCIONALIDADE. 1. O PODER DE EMENDA LEGISLATIVA. NÃO ALCANÇA MATÉRIA QUE AUMENTE DESPESA DO MUNICÍPIO, SALVO EM SE TRATANDO DE EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL OU À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (INTELIGÊNCIA DO ART. 106, I, DA CONSTITUIÇÃO DO PARÁ) 2. HÁ CRIAÇÃO DE DESPESA EM LEI MUNICIPAL QUE, POR EMENDA LEGISLATIVA, ESTABELECEU ÚNICO PERCENTUAL DE 40% SOBRE O VENCIMENTO-BASE DE SERVIDORES MUNICIPAIS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE, QUANDO O PROJETO INICIAL DO PODER EXECUTIVO PREVIA ESCALONAMENTO DE PERCENTUAL ENTRE 10% E 40%. 3. O ESTABELECIMENTO DE PERCENTUAL ÚNICO DE GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE ATENTE QUANTO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE POR ESTABELEECER O MESMO TRATAMENTO A ATIVIDADES DISTINTAS. 4. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1º, CAPUT, DA LEI MUNICIPAL DE BELÉM Nº7.952/99 RECONHECIDA, À UNANIMIDADE.

(A.D.INC. - PA. Acórdão nº41.816. Relatora: Desa. CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. Órg.Esp. Unânime. Julgamento: 28/03/2001).

PENAL E PROCESSUAL PENAL

AGRAVO

AGRAVO CRIMINAL – CRIME DE ROUBO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO – DECRETO 3.226/99 – INDULTO EM CASO DE CRIME HEDIONDO – IMPOSSIBILIDADE.

RÉU CONDENADO POR ROUBO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO. O DECRETO Nº3.226/99, IMPOSSIBILITA O INDULTO AOS CONDENADOS POR CRIMES HEDIONDOS, E TAMBÉM PROÍBE A COMUTAÇÃO DA PENA. O STF JÁ RECONHECEU QUE A COMUTAÇÃO E O PRÓPRIO INDULTO NÃO PODEM FAVORECER OS CONDENADOS QUE A LEI CLASSIFICA COMO HEDIONDOS. AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ag. - PA. Acórdão nº41.808. Relator: Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 27/03/2001).

APELAÇÃO

MORTE DO ACUSADO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. COMPROVAÇÃO MEDIANTE CERTIDÃO DE ÓBITO.

APELAÇÃO CRIMINAL. MORTE DO ACUSADO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. RECONHECIMENTO EM FACE DA COMPROVAÇÃO MEDIANTE CERTIDÃO DE ÓBITO. ESTANDO DEVIDAMENTE COMPROVADA A MORTE DO RÉU, HÁ DE SER DECRETADA EXTINTA A PUNIBILIDADE NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 107, I DO CÓDIGO PENAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº42.432. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 24/04/2001).

CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ANÚNCIO DE JULGAMENTO SEM OBSERVÂNCIA DO ART. 370, §1º DO CPP. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA ADVERSA. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. INOCORRÊNCIA.

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ANÚNCIO DE JULGAMENTO SEM OBSERVÂNCIA DO ART. 370, §1º DO CPP. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA ADVERSA. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. INOCORRÊNCIA. TESES NÃO ACEITAS PELOS JURADOS. DEVE SER RENOVADO O JULGAMENTO SE DA PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO, CONSTOU O NOME DO ADVOGADO QUE JÁ HAVIA RENUNCIADO AO PATROCÍNIO DA CAUSA. ESTANDO A DECISÃO DO JÚRI EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS DOS AUTOS NÃO HÁ QUE SE COGITAR EM ANULAÇÃO DO JULGAMENTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº42.433. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 24/04/2001).

CRIME DE ROUBO – RÉU CONDENADO – INTERROGATÓRIO ADMITIDO COMO MEIO DE PROVA – RECURSO IMPROVIDO.

RÉU CONDENADO PELO CRIME DE ROUBO. ADMITINDO-SE O INTERROGATÓRIO COMO MEIO DE PROVA, DEVE-SE CONSIDERAR QUE NO PROCESSO PENAL TODAS AS PROVAS SÃO RELATIVAS, NENHUMA DELAS TERÁ VALOR DECISIVO. PODERÁ O JUIZ DESPREZAR A CONFISSÃO DO ACUSADO, QUANDO EM DESARMONIA COM O CONJUNTO PROBATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº41.809. Relator: Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 27/03/2001).

CRIME DE ENTORPECENTE – INOCUIDADE DAS PROVAS CARREADAS PARA OS AUTOS – RECURSO PROVIDO.

RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DE CRIME TIPIFICADO NO ART. 16 DA LEI Nº6.368/76. IRRESIGNAÇÃO DO RÉU. PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO AGÜIDAS PELO APELANTE, VENCIDAS À UNANIMIDADE. A 1ª POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DOS DESPACHOS DE MANTENÇA DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO E DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. A 2ª, DE CERCEAMENTO DE DEFESA, QUE TERIA SIDO MOTIVADA PELA AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE DE SE MANIFESTAR QUANTO AO MEMORIAL DO RMP, QUE DISCORREU SOBRE A DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DO ART. 12 PARA O 16 DA PRÉ-FALADA LEI. NO MÉRITO, EXSURGE PACIFICA A ABSOLVIÇÃO DO RÉU ANTE A INOCUIDADE DAS PROVAS CARREADAS PARA OS AUTOS, TANTO NO QUE PERTINE AO ART. 12, COMO AO ART. 16 DA REFERIDA LEI, POIS NÃO HÁ COMO SER MANTIDA UMA CONDENAÇÃO QUE SE FUNDAMENTA APENAS NA ASSERTIVA ATRIBUÍDA PELO CO-RÉU. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, À UNANIMIDADE.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº42.000. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. 3ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 25/08/2000).

CRIME DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR – PROVA TESTEMUNHAL – CONFISSÃO DO RÉU NA POLÍCIA – APREENSÃO DE MEDICAMENTO USADO PARA ESTANCAR O SANGRAMENTO DA VÍTIMA – RECURSO IMPROVIDO.

PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO. PROVA TESTEMUNHAL DA AUTORIA, "QUANTUM SATIS", CONSTITUÍDA PELOS DEPOIMENTOS DA VÍTIMA, DA MÃE DESTA, E DA CONFISSÃO DO RÉU, NA POLÍCIA, CORROBORADA PELA APREENSÃO DO RESTO DO MEDICAMENTO COMPROVADO POR ELE PARA ESTANCAR O SANGRAMENTO DO CONDUTO VAGINAL DA MENOR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, EM PARTE, PARA DIMINUIR A PENA DEFINITIVA, DE 08 ANOS PARA 7 ANOS E 6 MESES DE RECLUSÃO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. - PA Acórdão nº42.008. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 03/04/2001).

CO-AUTORIA – DEPOIMENTOS DAS VÍTIMAS – PROVAS –RECURSO IMPROVIDO.

PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO. A CO-AUTORIA DO CRIME SUB JUDICE, POR PARTE DO APELANTE ESTÁ PROVADA PELOS DEPOIMENTOS DAS VÍTIMAS, UMA DAS QUAIS, VIU O SEU ROSTO DE RELANCE, AO SEREM ABORDADAS E AMEAÇADAS COM ARMA FOGUEA, SOB ILUMINAÇÃO PÚBLICA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. - PA Acórdão nº42.128. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 08/05/2001).

CRIME DE TÓXICO – LAUDO DE CONSTATAÇÃO – PROVA DE MATERIALIDADE DO DELITO – AUSÊNCIA DE LAUDO DEFINITIVO – OBRIGATORIEDADE – NULIDADE DA SENTENÇA.

NOS CRIMES DE TÓXICO NÃO SE PODE CONFUNDIR LAUDO DE CONSTATAÇÃO, PROVISÓRIO, A QUE SE REFERE O §1º DO ART. 22 DA LEI Nº6.368/76, BASTANTE PARA EMBASAR AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE OU AO OFERECIMENTO DE DENÚNCIA, COM O LAUDO DEFINITIVO, DIAGNÓSTICO DA INVESTIGAÇÃO TÓXICA DA SUBSTÂNCIA APREENDIDA E QUE SE CONSTITUI TÉCNICAMENTE PROVA DA MATERIALIDADE DO DELITO. A AUSÊNCIA DO LAUDO DEFINITIVO DE EXAME TOXICOLÓGICO - QUE DEVE SER JUNTO AO PROCESSO, PELO EMNOS ATÉ A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO - ACARRETA NULIDADE DA SENTENÇA.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº41.998. Relator: Des. PAULO SÉRGIO FROTA E SILVA. 3ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 19/04/2001).

LATROCÍNIO – SENTENÇA – REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA – CRIME HEDIONDO – INOBSERVÂNCIA À LEI 8.072/90 – REFORMA.

APELAÇÃO PENAL. LATROCÍNIO. SENTENÇA. REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA. CRIME HEDIONDO. INOBSERVÂNCIA ÀS NORMAS DO §1º, DO ART.2º DA LEI Nº8.072/90. REFORMA. O REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA PARA OS CRIMES ELENCADOS COM O RÓTULO DE HEDIONDEZ AS TEOR DO §1º, DO ART. 2º DA LEI Nº8.072/90, É O INTEGRALMENTE FECHADO. SE AO PROFERIR SUA DECISÃO O JUIZ "A QUO" INOBSERVOU TAL PRECEITO, IMPÕE-SE A REFORMA DA DECISÃO, PARA QUE O RÉU CUMpra A SUA PENA EM REGIME INTEGRALMENTE FECHADO. RECURSO MINISTERIAL CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº42.149. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 17/04/2001).

**TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO – CONSELHO DE SENTENÇA –
DESCLASSIFICAÇÃO – LESÃO CORPORAL CULPOSA – RECURSO
PROVIDO.**

APELAÇÃO PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONSELHO DE SENTENÇA. DESCLASSIFICAÇÃO. LESÃO CORPORAL CULPOSA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. ANULAÇÃO. IMPOSSÍVEL SE TORNA O RECONHECIMENTO DO INSTITUTO DA LEGÍTIMA DEFESA, SE O ACUSADO EFETUA VÁRIOS DISPAROS EM DIREÇÃO À VÍTIMA, ESTANDO ESTA DE COSTAS PARA O MESMO, SOMENTE NÃO CONSEGUINDO O RESULTADO LETAL POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS À SUA VONTADE. CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS. SE AO PROFERIR SUA DECISÃO O CONSELHO DE SENTENÇA, SE ATEVE UNICAMENTE NA VERSÃO APRESENTADA PELA DEFESA, CONTRARIANDO OS DEMAIS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO CONTIDOS NOS AUTOS, DEVE A MESMA SER ANULADA, SUBMETENDO-SE O RÉU A NOVO JULGAMENTO PELO JÚRI POPULAR. RECURSO MINISTERIAL CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº42.150. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 17/04/2001).

HOMICÍDIO QUALIFICADO – DESCLASSIFICAÇÃO – HOMICÍDIO CULPOSO – IMPOSSIBILIDADE – CONSELHO DE SENTENÇA – CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS – INOCORRÊNCIA.

APELAÇÃO PENAL. PRELIMINAR. PEDIDO PARA APELAR EM LIBERDADE. INACOLHIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DESCLASSIFICAÇÃO. HOMICÍDIO CULPOSO. IMPOSSIBILIDADE. CONSELHO DE SENTENÇA. CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. NÃO CABE EM GRAU DE APELAÇÃO PEDIDO PARA APELAR EM LIBERDADE, POIS A COMPETÊNCIA PARA APRECIAR O MESMO É DO JUÍZO "A QUO". PEDIDO INACOLHIDO. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. É DEFESO AO TRIBUNAL "AD QUEM" DESCLASSIFICAR O DELITO DE FORMA DOLOSA RECONHECIDA PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE SENTENÇA PARA A CULPOSA, POIS ORIENTAÇÃO DO ART. 593, §3º DO CPP, É NO SENTIDO DE QUE A ANULAÇÃO DA DECISÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI, SOMENTE DAR-SE-Á, SE ESTA APRESENTAR-SE INTEIRAMENTE DIVORCIADA DOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO CARREADOS PARA OS AUTOS NO DECORRER DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CASO CONTRÁRIO, A DECISÃO DEVE SER MANTIDA EM RESPEITO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL ÍNSITO NO ART. 5º, XXVIII, ALÍNEA "C" DE NOSSA LEI MAIOR. DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA, IMUNE DE QUALQUER REFORMA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº42.151. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 17/04/2001).

HOMICÍDIO QUALIFICADO – CONDENAÇÃO – DECISÃO DO JÚRI EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS DOS AUTOS – RECURSO IMPROVIDO.

RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DO RÉU. PRELIMINARES DE NULIDADES ARGUIDAS PELO APELANTE POR FALTA DE ASSINATURA DO RÉU NA FOLHA PERTINENTE AO TERMO DE APELAÇÃO DO PRESENTE RECURSO POR AUSÊNCIA DAS ASSINATURAS DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, DO DEFENSOR DO APELANTE E DOS JURADOS NO TERMO DE VOTAÇÃO, VENCIDAS À UNANIMIDADE. A 1ª PORQUE DESPICIENDA É A ASSINATURA DO RÉU NO TERMO EM QUESTÃO, QUE ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE ASSINADO PELO ADVOGADO E A 2ª POR NÃO TER SIDO IMPUGNADO O CONTEÚDO DO REFERIDO DOCUMENTO EM TEMPO HÁBIL, O QUAL FOI CONVALIDADO PELO ASSINATURA DA JUÍZA PRESIDENTE DO FEITO, REVESTINDO-SE DE FÉ PÚBLICA. MERA IRREGULARIDADE. AMPARO DO ART. 19, II DA CF. NO MÉRITO, ESCORREITA SE FAZ A DECISÃO “A QUO”, HAJA VISTA, QUE EM HIPÓTESE ALGUMA EXSURGE A EXCLUDENTE DE ILICITUDE SUSCITADA PELA DEFESA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº42.001. Relator:Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 06/10/2000).

HOMICÍDIO SIMPLES – TRIBUNAL DO JÚRI – DEFEITO DE QUESITAÇÃO – RECURSO IMPROVIDO.

APELAÇÃO PENAL. HOMICÍDIO SIMPLES. TRIBUNAL DO JÚRI. DEFEITO DE QUESITAÇÃO. 1. QUESITOS QUE FORAM ELABORADOS PELO JUIZ PRESIDENTE EM ADEQUAÇÃO ÀS TESES SUSTENTADAS PELA ACUSAÇÃO E PELA DEFESA E EXPLICADOS COM CLAREZA AOS JURADOS. 2. SE O DEFENSOR NÃO MANIFESTA DISCORDÂNCIA COM OS QUESITOS APÓS SUA LEITURA, PRECLUI O DIREITO DE INSURGIR-SE CONTRA OS MESMOS, NÃO PODENDO ALEGAR NULIDADE QUANDO ADVERSO O RESULTADO DO JULGAMENTO. 3. APELO CONHECIDO, MAS À UNANIMIDADE IMPROVIDO.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº42.131. Relatora: Desa. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA. 3ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 10/05/2001).

HOMICÍDIO QUALIFICADO – TRIBUNAL DO JÚRI – DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS – INOCORRÊNCIA.

APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. 1. É LÍCITO AO TRIBUNAL DO JÚRI OPTAR POR UMA VERSÃO SOBRE OS FATOS QUANDO HÁ DIVERSIDADE ENTRE AS TESES DE ACUSAÇÃO E DE DEFESA, ADMITIR-SE AO CONTRÁRIO, ESTAR-SE-IA DESATENDENDO AO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DE SEUS JULGAMENTOS. 2. RECONHECIMENTO DO RÉU POR TESTEMUNHA OCULAR DO CRIME ALIADO À SEGURA PROVA TESTEMUNHAL QUE TORNAM INDIVIDUOSA A AUTORIA DA PRÁTICA DELITIVA. 3. APELO CONHECIDO, MAS À UNANIMIDADE IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA EM SUA INTEIREZA.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº42.132. Relatora: Desa. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA. 3ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 10/05/2001).

ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE SENTENÇA – FALTA DE NOMEAÇÃO DE CURADOR DE MENORES – INOCORRÊNCIA DE NULIDADE – SÚMULA 352 DO STF – RECURSO IMPROVIDO.

Apelação Penal. Alegação de nulidade de sentença. Falta de nomeação de curador de menores. Inocorrência de sentença. Inocorrência de nulidade face a súmula 352 do STF. Recurso improvido. Decisão unânime.

(Ap.Pen. – Pa. Acórdão nº 41.635. Relatora. Desa. ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS. 2ª Criminal Isolada . Unânime. Julgamento:13/03/2001).

ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVA TESTEMUNHAL – PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO DO RÉU – RECURSO PROVIDO.

Apelação Penal. Alegação de insuficiência de prova testemunhal. Pedido do réu. Recurso provido. Decisão unânime.

(Ap.Pen. – Pa. Acórdão nº 41.657. Relatora. Desa. ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 13 de março de 2001).

IMPrensa – CALÚNIA E INJÚRIA COMETIDOS CONTRA FUNCIONÁRIO PÚBLICO – CRIME CARACTERIZADO – RECURSO PROVIDO.

Apelação Penal. Imprensa. Crimes de calúnia e injúria cometidos contra funcionário Público no exercício da função. Sentença absolutória fundamentada no art. 7º, & 1º da Lei 5.250/67. Dispositivo legal que não está relacionado à prova da autoria das matérias, mas tão somente à obrigatoriedade dos jomais cumprirem tal exigência, sob pena de serem multados. Por outro, o cabeçalho do jornal, não é o único meio de identificar o responsável pela publicação dos escritos. O primeiro apelado em nenhum momento do processo negou ser diretor do jornal “Gazeta” e o segundo apelado assina a matéria publicada no “Jornal de Santarém”. Calúnia e injúria caracterizadas em ambos os casos. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

(Ap.Pen.- Pa . Acórdão nº 42.141. Relatora: Desa. HERALDA DALCINDA BLANCO RIBEIRO. 1ª Câmara Criminal Isolada. Julgamento: 03/04/2001).

CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO – PROVAS – MOTIVO INSIGNIFICANTE – CORREÇÃO DA DECISÃO DO JÚRI EM NÃO RECONHECER A LEGÍTIMA DEFESA PRÓPRIO – RECURSO IMPROVIDO.

Apelação Penal. Homicídio qualificado. Preliminar: alegação de nulidade do julgamento com base no parágrafo único do art. 564 do CPP. Preliminar rejeitada por falta de amparo legal. Mérito: alegação de estar a decisão do corpo de jurados manifestamente contrária às provas dos autos. As provas trazidas aos autos demonstram que o réu matou a vítima por motivo insignificante. Correta a decisão do júri, não reconhecendo que o réu agiu em legítima defesa própria. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ap.Pen. – Acórdão nº 42.140. Relatora: Desa. HERALDA DALCINDA BLANCO RIBEIRO. 1ª Câmara Criminal Isolada. Julgamento: 03/04/2001)

CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO – JURADO IRMÃO DO DELEGADO DE POLÍCIA QUE LAVROU O FLAGRANTE – DECLARAÇÃO DO FATO ANTES DA VOTAÇÃO PELO CONSELHO DE SENTENÇA – INCOMUNICABILIDADE QUEBRADA – IMPEDIMENTO EM VIRTUDE DE PARENTESCO CONSANGUÍNEO – JULGAMENTO ANULADO.

Apelação Penal. Jurado que declara antes da votação pelo Conselho de Sentença que é irmão do Delegado de Polícia, desmentindo as declarações do réu em plenário, quebrou a incomunicabilidade dos jurados, além de estar impedido pelo parentesco consanguíneo com o policial. Aplica-se aos jurados as mesmas regras de impedimento dos magistrados. Julgamento anulado para a realização de outro. Recurso provido. Decisão unânime.

(Ap.Pen.- Pa. Acórdão nº41.997. Relator: Des. PAULO SÉRGIO FROTA E SILVA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 19/04/2001).

HOMICÍDIO – ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA DO RÉU – PEDIDO DE NOVO JULGAMENTO – TRIBUNAL DO JÚRI – DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS – RECURSO PROVIDO.

Apelação Criminal. Homicídio. Alegação de legítima defesa putativa do réu. Pedido de novo julgamento pelo tribunal do júri. Anula-se o julgado quando o júri decidiu manifestamente contrário à prova dos autos. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

(Ap.Crim. – Pa. Acórdão nº 41.634. Relatora: Desa. ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS. 2ª Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 13/03/2001).

ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE SENTENÇA – FALTA DE NOMEAÇÃO DE CURADOR DE MENORES – INOCORRÊNCIA DE NULIDADE – SÚMULA 352 DO STF – RECURSO IMPROVIDO.

APELAÇÃO PENAL - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE SENTENÇA. FALTA DE NOMEAÇÃO DE CURADOR DE MENORES. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE FACE A SÚMULA 352 do STF. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº41.635. Relatora: Desa. ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 13/03/2001).

ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVA TESTEMUNHAL – PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO DO RÉU – RECURSO PROVIDO.

APELAÇÃO PENAL - ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVA TESTEMUNHAL. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO DO RÉU. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº41.657. Relatora: Desa. ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 13/03/2001).

CRIME DE HOMICÍDIO – CONDENAÇÃO – PRELIMINARES REJEITADAS – ERRO NA EXECUÇÃO – CHANCE DE DEFESA – TRANSFERÊNCIA PARA A VÍTIMA REAL – RECURSO PROVIDO EM PARTE – ADEQUAÇÃO DA PENA – CUMPRIMENTO EM REGIME FECHADO.

APELAÇÃO PENAL – APELANTE CONDENADO COMO AUTOR DO CRIME DEFINIDO NO ART. 121, § 2º, INCISOS II E IV, C/C O ART. 73 DO CÓDIGO PENAL – DEDUÇÃO DE QUATRO PRELIMINARES COM O FITO DE DEMONSTRAR NULIDADE ABSOLUTA NO VEREDITO DO JURI POPULAR – REJEIÇÃO: DA PRIMEIRA, PORQUE A DECISÃO CONDENATÓRIA EM NADA CONTRARIA A PROVA DOS AUTOS, NÃO TENDO AS FILIGRANAS APONTADAS NA APELAÇÃO O CONDÃO DE ELIDIR OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DA AUTUAÇÃO DELITUOSA DO APELANTE, OS QUAIS RESULTAM NÍTIDOS DO CONJUNTO PROBATÓRIO; DA SEGUNDA, PORQUE NÃO SERVE PARA CARACTERIZAR CERCEAMENTO DE DEFESA O INDEFERIMENTO DA IMPRÓPRIA E INUSITADA FORMULAÇÃO DE QUESITO SOBRE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS, UMA VEZ JÁ RESPONDIDOS POSITIVAMENTE PELOS JURADOS OS QUESITOS SOBRE A AUTORIA E A MATERIALIDADE; DA TERCEIRA, PORQUE NÃO HÁ VÍCIO NA QUESITAÇÃO EM DECORRÊNCIA DA FORMULAÇÃO DE UM SÓ QUESITO ENGLOBANDO A AUTORIA E O ERRO NA EXECUÇÃO (*ABERRATIO ICTUS*), EM ESPECIAL, *IN CASU*, JÁ QUE NOTORIAMENTE NÃO GEROU QUALQUER PERPLEXIDADE OU IMPLICOU PREJUÍZO; E DA QUARTA, PORQUE NÃO OCORREU ACOLHIMENTO INDEVIDO, PELO MENOS, DA QUALIFICADORA PREVISTA NO INCISO IV, DO § 2º, DO ART. 121 DO CPB, POIS TENDO COMPROVADAMENTE HAVIDO ERRO NA EXECUÇÃO, A CHANCE DE DEFESA QUE O EXECUTOR DEIXOU DE DAR À VÍTIMA VIRTUAL SE TRANSFERIU PARA A VÍTIMA REAL – MÉRITO: RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, EM PARTE, PARA ADEQUAR A PENA A QUE FOI CONDENADO O APELANTE, FIXANDO-A EM QUATORZE (14) ANOS DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA EM REGIME FECHADO – DECISÃO POR UNANIMIDADE.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº41.810. Relator: Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. 3ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 22/03/2001).

CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES – OBRIGATORIEDADE DE CERTEZA ABSOLUTA – EXISTÊNCIA DE PROVA DÚBIA –PREVALÊNCIA DA PROVA QUE FAVORECE O ACUSADO – RECURSO IMPROVIDO.

APELAÇÃO PENAL. CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. EXIGE-SE CERTEZA ABSOLUTA, SEGURA, CONVINCENTE E INCONTROVERSA, FUNDADA EM DADOS OBJETIVOS INDISCUTÍVEIS QUE EVIDENCIEM O DELITO E A AUTORIA PARA QUE HAJA CONDENAÇÃO. HAVENDO PROVA DÚBIA, PREVALECE A QUE FAVORECE O ACUSADO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº 42.453. Relatora: Desa. RAIMUNDA GOMES NORONHA. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 22/05/2001).

LATROCÍNIO – CO-AUTORIA – FIXAÇÃO DA PENA – BOM SENSO DA MAGISTRADA – RECURSO IMPROVIDO.

APELAÇÃO PENAL – LATROCÍNIO – RECORRENTE QUE NÃO DISPAROU O TIRO QUE CEIFOU A VIDA DA VÍTIMA MAS QUE AGIU EM CO-AUTORIA COM SEU PARCEIRO O TORNA RESPONSÁVEL PELO RESULTADO MAIS GRAVOSO INDEPENDENTEMENTE TER AGIDO MENOS INTENSAMENTE – FIXAÇÃO DA PENA QUE OBEDECEU OS DISPOSITIVOS PENAIIS E PROCESSUAIS ALIADO AO BOM SENSO DA MAGISTRADA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº42.454. Relatora: Desa. RAIMUNDA GOMES NORONHA. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 05/06/2001).

SENTENÇA – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – NULIDADE – REFORMATIO IN PEJUS – PROIBIÇÃO – RECURSO PROVIDO.

APELAÇÃO CRIMINAL - SENTENÇA - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - NULIDADE - *REFORMATIO IN PEJUS* - PROIBIÇÃO - RECURSO PROVIDO. 1. OS ARTIGOS 93, IX, 2ª PARTE, DA CF E 381, III, DO CPP, EXIGEM QUE O JUIZ MOTIVE OU FUNDAMENTE A SUA DECISÃO, FORNECENDO AS RAZÕES DE FATO E DE DIREITO, A FIM DE QUE AS PARTES TENHAM CONDIÇÕES DE SABER SE A ATIVIDADE INTELECTUAL DESENVOLVIDA PELO PROLATOR PERMITIA ATINGIR ÀQUELA CONCLUSÃO, BEM COMO DE ARGUMENTARNA HIPÓTESE DE EVENTUAL RECURSO. 2. A AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO ACARRETA A SUA NULIDADE ABSOLUTA DA DECISÃO, NÃO PRECLUINDO, PODENDO SER RECONHECIDA ATÉ MESMO DE OFÍCIO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS E DOUTRINÁRIOS. NULIDADE RECONHECIDA, DEVENDO OS AUTOS RETORNAREM À ORIGEM, PARA PROLAÇÃO DE NOVA SENTENÇA, DEVIDAMENTE MOTIVADA. 3. NULIDADE, TODAVIA, QUE NÃO ALCANÇA O RÉU ABSOLVIDO, FACE A PROIBIÇÃO DA *REFORMATIO IN PEJUS*. 4. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº42.046. Relator: Des. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 24/04/2001).

CRIMES DE IMPRENSA – OFENSA PROPTER OFFICIUM – LEGITIMIDADE – PRELIMINAR DE DECADÊNCIA – REJEIÇÃO – PRESCRIÇÃO BIENAL – ART.41 DA LEI Nº5.250/67 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

APELAÇÃO CRIMINAL - CRIMES DE IMPRENSA - OFENSA PROPTER OFFICIUM - LEGITIMIDADE - PRELIMINAR DE DECADÊNCIA - REJEIÇÃO - PRESCRIÇÃO BIENAL - ART.41, DA LEI Nº5.250/67 - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 1.MESMO TRATANDO-SE DE EVENTUAL OFENSA PROPTER OFFICIUM, ADMITE-SE A LEGITIMIDADE CONCORRENTE TANTO DO OFENDIDO PARA PROMOVER AÇÃO PENAL PRIVADA, COMO DO PARQUET, PARA AÇÃO PÚBLICA CONDICIONADA. INTERPRETAÇÃO DO ART.145, PARÁGRAFO ÚNICO, CP E DO ART.40, I, B, DA LEI DE IMPRENSA, CONFORME AO ART.5º, X, DA CF/88. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. 2.PRELIMINAR DE DECADÊNCIA. A AÇÃO PRIVADA FOI AFORADA RIGOROSAMENTE NO ÚLTIMO DIA ESTABELECIDO PELA LEGISLAÇÃO ESPECIAL (TRÊS MESES - ART.41, §1º, DA LEI Nº5.250/67). DECADÊNCIA AFASTADA. 3.EM TEMA DE PRESCRIÇÃO PENAL RELATIVA AOS CRIMES NA LEI DE IMPRENSA, O PRAZO É REGULADO PELO ART.41, DO MENCIONADO DIPLOMA LEGAL, APLICANDO-SE NO MAIS, AS REGRAS GERAIS PREVISTAS NO ART.110 E SS., DO CP. 4. DECORRIDOS MAIS DE DOIS ANOS A PARTIR DA ÚLTIMA PUBLICAÇÃO QUESTIONADA, SEM QUE TENHA HAVIDO QUALQUER CAUSA INTERRUPTIVA OU SUSPENSIVA DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, É DE SE RECONHECER A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, FACE A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº42.048. Relator: Des. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 24/04/2001).

HOMICÍDIO SIMPLES – SIMPLES ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA – INEXISTÊNCIA DE EXCLUDENTE DE ILICITUDE – DECISÃO DO JÚRI EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS COLHIDAS NOS AUTOS.

Homicídio Simples – Artigo 121, ‘caput’ do C.P.B. – Simples alegação de legítima defesa – Inexistência desta excludente de ilicitude – Decisão do Tribunal do Júri que encontra perfeita sustentação nas provas colhidas nos autos – Recurso conhecido e improvido – Unânime.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº41.408. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 13/02/2001).

HABEAS CORPUS

CRIME DE HOMICÍDIO – TENTATIVA – NOMEAÇÃO DE CURADOR – DESOBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 15 DO CPP – NULIDADE DO AUTO DE FLAGRANTE QUE NÃO PREJUDICA O ANDAMENTO DA AÇÃO PENAL – ORDEM CONCEDIDA.

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. PACIENTE INCURSO NA SANÇÃO PUNITIVA DO ARTIGO 121 C/C 14, II DO CPB. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. 1. PRELIMINAR PARA QUE O RESULTADO DO JULGAMENTO SEJA ESTENDIDO AO CO-RÉU DO PACIENTE. PEDIDO DENEGADO UMA VEZ QUE A DECISÃO SE FUNDA EM SITUAÇÃO PESSOAL DO ORA PACIENTE NÃO COMPARTILHADA PELO CO-RÉU. 2. MENOR PRESO EM FLAGRANTE SEM QUE HOUVESSE NOMEAÇÃO DE CURADOR NO MOMENTO DA LAVRATURA DO AUTO. DESOBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 15 DO CPP. 3. NULIDADE DO AUTO DE FLAGRANTE QUE NÃO PREJUDICA O ANDAMENTO DA AÇÃO PENAL. ORDEM CONCEDIDA.

(H.C.Lib.c/P.Lim. - PA. Acórdão nº42.423. Relatora: Desa. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA. C.Crim.R. Por maioria. Julgamento: 21/05/2001).

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS – PRESTAÇÕES VENCIDAS HÁ MAIS DE DOIS ANOS – ADVERTÊNCIA QUANTO À PRISÃO EM CASO DE INADIMPLENTO – HABEAS CORPUS PREVENTIVO – EXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – ORDEM CONCEDIDA PARCIALMENTE.

HABEAS CORPUS PREVENTIVO – PRISÃO CIVIL – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS – PRESTAÇÕES VENCIDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS – ADVERTÊNCIA DE QUE O CITANDO ESTÁ SUJEITO À PENA DE PRISÃO, POR FALTA DE PAGAMENTO DE DÍVIDA ALIMENTÍCIA PRETÉRITA – EXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – ORDEM QUE SE CONCEDE, *EX OFFICIO*, PARCIALMENTE PARA QUE O JUÍZO A *QUO*, CONFORME O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIALMENTE CONSOLIDADO DO ART. 733 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, RESTRINJA A MEDIDA CONSTRITIVA MÁXIMA À HIPÓTESE DE INEXISTÊNCIA DO PAGAMENTO DAS TRÊS (03) ÚLTIMAS PRESTAÇÕES ALIMENTARES DEVIDAS PELO PACIENTE - DECISÃO UNÂNIME.

(H.C.prev.c/ped.lim. – PA. Acórdão nº41.529. Relator: Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. 3ª C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 05/03/2001).

CRIME DE LESÕES CORPORAIS – PRISÃO PREVENTIVA REVOGADA – SUJEIÇÃO A TERMO DE COMPROMISSO – DEVER DE NÃO SE AUSENTAR DO DISTRITO DA CULPA E DE TRABALHAR REGULARMENTE – HABEAS CORPUS PREVENTIVO – PACIENTE PORTADORA DE MOLÉSTIA GRAVE E CARECEDORA DE TRATAMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO – ORDEM CONCEDIDA.

HABEAS CORPUS PREVENTIVO, COM PEDIDO DE LIMINAR – PACIENTE INCURSO NO ART. 129, *CAPUT*, DO CÓDIGO PENAL E QUE TEVE SUA PRISÃO PREVENTIVA REVOGADA PELA AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA, PORÉM COM SUJEIÇÃO A TERMO DE COMPROMISSO QUE, DENTRE OUTRAS CONDIÇÕES, IMPÕE-LHE O DEVER DE NÃO SE AUSENTAR DO DISTRITO DA CULPA E, AINDA, DE TRABALHAR REGULARMENTE – PEDIDO VISANDO LIBERÁ-LA DO CUMPRIMENTO DESSAS OBRIGAÇÕES, EM ESPECIAL POR SER, COMPROVADAMENTE, PORTADORA DE MOLÉSTIA GRAVE E CARECER DE TRATAMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO INEXISTENTE NAQUELE LOCAL – ORDEM DEFERIDA, EM CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR CONCEDIDA, ANTE À NECESSIDADE EVIDENTE DE CORRIGIR ATECNIA PRATICADA PELO JUÍZO MONOCRÁTICO QUE, TENDO REVOGADO A CUSTÓDIA PREVENTIVA, NÃO DEVERIA LHE IMPOR CONDIÇÕES, RESTRITIVAS DO SEU *JUS LIBERTATIS*, CABÍVEIS APENAS NOS CASOS DE CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA – DECISÃO UNÂNIME.

(H.C.Prev. c/ped.lim. – PA. Acórdão nº41.413. Relator: Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 12/02/2001).

SUSPENSÃO DE INTERROGATÓRIO – AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA – LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ADITAMENTO DA DENÚNCIA EXAUSTIVAMENTE FUNDAMENTADO – HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL – CONCESSÃO POR JUSTA CAUSA CONDICIONADA A FATO DESCRITO COMO CRIME OU QUANDO NÃO CONFIGURADA A PARTICIPAÇÃO DO PACIENTE – ORDEM DENEGADA.

Habeas Corpus com pedido de liminar de suspensão de interrogatório. Liminar negada. Alegação de falta de justa causa e de inépcia do aditamento da denúncia. Ação Penal pública incondicionada. Legitimidade do Ministério Público. Aditamento da denúncia exaustivamente fundamentado. A concessão de Habeas Corpus para trancamento de ação penal por falta de justa causa só é admissível quando o impetrante demonstrar que o fato descrito, na denúncia, nem mesmo em tese, constitui crime, ou quando se verificar de plano não configurada a participação do paciente no evento delituoso. Ordem denegada. Decisão unânime.

(H.C. – Pa. Acórdão nº 41.976. relatora: Desa. HERALDA DALCINDA BLANCO RIBEIRO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 16/04/2001).

CRIME DE EXTORSÃO – PRISÃO EM FLAGRANTE – COMUNICAÇÃO DA CONDUTA CRIMINOSA A POLÍCIA E COMPARECIMENTO – DESCONFIGURAÇÃO DE FLAGRANTE PREPARADO – ORDEM DENEGADA.

Habeas Corpus. Prisão em flagrante. Quando a polícia é apenas comunicada da conduta criminosa e comparece ao local no momento do ato delituoso, não se configura flagrante preparado, mas simplesmente esperado, conforme doutrina e jurisprudência. “Habeas Corpus” não é meio idôneo para apreciar a alegada inocência ao acusado, que aliás não obstante tecnicamente primário responde por dois outros processos criminais, o que não pode ser ignorado.

(H.C. – Pa. Acórdão nº 41.439. Relatora: Des. PAULO SÈRGIO FROTA E SILVA. 3ª Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 12/02/2001).

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE – CUMPRIMENTO – EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL DESCARACTERIZADO – PEDIDO ILÓGICO E SEM AMPARO LEGAL – REINCIDENTE – PROCESSO COMPLEXO – NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

HABEAS-CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR – PACIENTE CUMPRINDO PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO – CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA DESCARACTERIZADO – PEDIDO ILÓGICO E SEM AMPARO LEGAL – PACIENTE REINCIDENTE NA PRÁTICA DELITIVA – PROCESSO COMPLEXO – NECESSIDADE DA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – ORDEM DENEGADA - DECISÃO UNÂNIME.

(H.C.Lib.c/ped.lim. – PA. Acórdão nº42.377. Relatora: Desa. RAIMUNDA GOMES NORONHA. C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 14/05/2001).

PEDIDO DE DESAFORAMENTO

JÚRI - DESAFORAMENTO - SEGURANÇA PESSOAL DO RÉU - PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E INSTALAÇÕES NA COMARCA - DEFERIMENTO - MODIFICAÇÃO EXCEPCIONAL DA COMPETÊNCIA RATIONE LOCI - GARANTIA À ISENÇÃO E IMPARCIALIDADE DO CONSELHO DE SENTENÇA.

PROCESSUAL PENAL. JÚRI. DESAFORAMENTO. SEGURANÇA PESSOAL DO RÉU. PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E INSTALAÇÕES NA COMARCA. PEDIDO DEFERIDO. A MODIFICAÇÃO EXCEPCIONAL DA COMPETÊNCIA RATIONE LOCI, COMPROVADA ALGUMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 424, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, É MEDIDA QUE SE IMPÕE COMO GARANTIA À ISENÇÃO E IMPARCIALIDADE DO CONSELHO DE SENTENÇA AO JULGAR O CASO PENAL. DEFERIMENTO. UNÂNIME.

(Ped.Desaf. - PA. Acórdão nº41.414. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 19/01/2001).

PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA

PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE PRESO PARA OUTRO ESTABELECIMENTO PRISIONAL – EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA – PROCEDÊNCIA – COMPETÊNCIA DO JUÍZO PRIVATIVO DAS EXECUÇÕES PENASIS – REMESSA DOS AUTOS.

PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE PRESO PARA OUTRO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA CONTRA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM RAZÃO DA MATÉRIA. PROCEDÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO PRIVATIVO DAS EXECUÇÕES PENASIS. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMPETENTE. UNÂNIME.

(Ped.Transfer. - PA. Acórdão nº42.134. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 17/04/2001).

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

JÚRI POPULAR – DENÚNCIA – PROCEDÊNCIA – FALTA DE CITAÇÃO – ANULAÇÃO DO PROCESSO – PRISÃO PREVENTIVA.

PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PROCESSO-CRIME, PREVISTO NO ART. 121, PARÁGRAFO 2º, III NO ART. 213, TODOS DO CÓDIGO PENAL. PRELIMINAR DE NULIDADE POR FALTA DE CITAÇÃO, POR CARTA PRECATÓRIA DO REFERIDO RECORRENTE, PORÉM, CONDUZIDO PARA O INTERROGATÓRIO NA DATA DESIGNADA NOS AUTOS. PRELIMINAR REJEITADA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO, POR FALTA DE INQUIRÇÃO DE DUAS TESTEMUNHAS DAS 8 ARROLADAS PELA DEFESA. PRELIMINAR ACOLHIDA =, FICANDO ANULADO O PROCESSO A PARTIR DAS ALEGAÇÕES FINAIS, DEVENDO O RÉU, SUB JUDICE, PERMANECER PRESO, PREVENTIVAMENTE, ATÉ A FASE DE PRONÚNCIA.

(Rec.P.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº42.009. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 03/04/2001).

REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA – OITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – DESNECESSIDADE – CUSTÓDIA CAUTELAR – MOTIVOS ENSEJADORES – INSUBSISTÊNCIA – RECURSO DESPROVIDO.

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. OITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DESNECESSIDADE. MOTIVOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. INSUBSISTÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. INEXISTE DISPOSIÇÃO LEGAL EXPRESSA QUE EXIJA A MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ANTES DE SER REVOGADA A PRISÃO PREVENTIVA. NA PRISÃO PREVENTIVA, NÃO HAVENDO MAIS RAZÕES PARA SUA SUBSISTÊNCIA, DEVE O JUIZ REVOGÁ-LA, NÃO SE CONFUNDINDO COM LIBERDADE PROVISÓRIA, QUE É PRÓPRIA DA PRISÃO EM FLAGRANTE. NESTA SE EXIGE A PRÉVIA AUDIÊNCIA DO PARQUET, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 310, DO CPP. 2. CABE AO JUIZ QUE PRESIDE A INSTRUÇÃO DO FEITO AFERIR A EXISTÊNCIA OU NÃO DOS PRESSUPOSTOS ENSEJADORES DO DECRETO CAUTELAR. DESPACHO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. MÁCULA INEXISTENTE. 3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(Rec.P.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº42.045. Relator: Des. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 24/04/2001).

SENTENÇA DE PRONÚNCIA – NECESSIDADE DO CONVENCIMENTO DO JUIZ EM RELAÇÃO À EXISTÊNCIA DO CRIME – IMPOSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DO HOMICÍDIO QUALIFICADO.

PARA A SENTENÇA DE PRONÚNCIA É NECESSÁRIO O CONVENCIMENTO DO JUIZ DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. OS REQUISITOS DE CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DEFENSIVO LEGÍTIMO, DEVEM SER EXAMINADOS E DECIDIDOS PELO TRIBUNAL POPULAR, QUE É O JUIZ NATURAL PARA O JULGAMENTO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA. O FATO DE ALGUÉM ATIRAR CONTRA OUTREM, AINDA QUE NÃO SE ADMITA A HIPÓTESE DE NÃO DESEJAR MATAR O DESAFETO, INEGÁVEL É QUE ASSUMIU O RISCO DE PRODUZIR O RESULTADO LETAL. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

(Rec.P.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº42.040. Relator: Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 03/04/2001).

CRIME DE HOMICÍDIO – LESÕES CORPORAIS – PRONÚNCIA – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE – RECURSO IMPROVIDO.

RECURSO PENAL EM SENTIDO ESTRITO. IRRESIGNAÇÃO DO RÉU COM A SENTENÇA QUE O PRONUNCIOU COMO INCURSO NAS SANÇÕES PUNITIVAS DO ART. 121, "CAPUT", C/C 129, §1º, INCISOS I E II E ART. 70, TODOS DO CPB. SEM AMPARO NOS AUTOS OS VÍCIOS INSANÁVEIS ARGÜIDOS. FATOS E CONDUTA DO RECORRENTE A CONFIGURAR A EXISTÊNCIA DE CRIME, ASSIM COMO SUFICIENTES INDÍCIOS DE AUTORIA SOBRE A PESSOA DO RECORRENTE, CONDUZINDO O MMº JULGADOR AO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE PARA PRONUNCIÁ-LO A JULGAMENTO PELO JUÍZO NATURAL DA CAUSA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, À UNANIMIDADE.

(Rec.P.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº41.999. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. 3ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 15/03/2001).

PRONÚNCIA – TESE SUSTENTADA PELA DEFESA – EXISTÊNCIA DE CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – PRONÚNCIA MANTIDA.

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DO DECISUM, SUSCITADA PELO RECORRENTE, EM RAZÃO DA FALTA NOS AUTOS DO EXAME CADAVERÍCO DA VÍTIMA. NO MÉRITO, INOBTANTE À ALEGAÇÃO DE TER O JUIZ SUMARIANTE ADENTRADO PROFUNDAMENTE NA ANÁLISE VALORATIVA DA PROVA, TAL NÃO RESTOU CORROBORADO NOS AUTOS. COM EFEITO, O REFERIDO MAGISTRADO LIMITOU-SE, TÃO-SOMENTE, A DECLARAR A VIABILIDADE DA ACUSAÇÃO, EM SEGUIDA AO ENFRENTAMENTO DA TESE SUSTENTADA PELA DEFESA, EM VIRTUDE DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. PRONÚNCIA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME.

(Rec.P.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº41.115. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 15/12/2000).

AQUISIÇÃO DE TERMINAL TELEFÔNICO – INSTALAÇÃO – PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DA LINHA TELEFÔNICA PARA O NOME DO COMPRADOR – MUDANÇA DE ENDEREÇO DA EMPRESA – INQUÉRITO POLICIAL – JUÍZO DE RETRATAÇÃO – RECURSO NÃO CONHECIDO.

RECURSO PENAL EM SENTIDO ESTRITO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO ACOLHIDA. INEXISTINDO PREVISÃO RECURSAL DA DECISÃO INDEFERITÓRIA DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (EX-VI DO ART. 89 DA LEI Nº9.099/95), MESMO PORQUE O RECURSO STRICTO SENSU ADEQUA-SE, TÃO-SOMENTE, ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ARTIGO 581 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSO NÃO CONHECIDO POR UNANIMIDADE.

(Rec.P.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº41.116. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 22/12/2000).

ÍNDICE SISTEMÁTICO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – EMENDA LEGISLATIVA – CRIAÇÃO DE DESPESA – INCONSTITUCIONALIDADE..... 64
- CONSTITUCIONAL – INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS – LEI ORGÂNICA MUNICIPAL – TRANSCRIÇÃO – DECRETO-LEI Nº201/67 – CONSTITUCIONALIDADE – CRIAÇÃO DE MODALIDADES DE INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS – INCONSTITUCIONALIDADE..... 63

AÇÃO RESCISÓRIA

- AÇÃO DE REVISÃO DE REMUNERAÇÃO E PROVENTOS – ISONOMIA E IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS – IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO..... 11
- AÇÃO REINVIDICATÓRIA CUMULADA COM PERDAS E DANOS – APRECIÇÃO DE DOCUMENTOS NOVOS – AÇÃO RESCISÓRIA – PROCEDÊNCIA – PROCEDÊNCIA – ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – NOVO JULGAMENTO..... 11

AGRAVO CÍVEL

- AÇÃO CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA – CAUÇÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA – LEGITIMIDADE DOS TÍTULOS – NÃO COMPROVAÇÃO – CASSAÇÃO – PROVIMENTO..... 18
- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PROTEÇÃO À ALIMENTOS – CONDENAÇÃO – EFEITO DA SENTENÇA – RECURSO PROVIDO..... 20
- AÇÃO RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO – ÔNUS DA PROVA – QUANTIA RELATIVA À PERÍCIA – ARTIGO 19, §2º E 33 DO CPC..... 25
- AGRAVO REGIMENTAL – EFEITO SUSPENSIVO – RELATÓRIO SEM VOTO – REJEIÇÃO..... 15
- AGRAVO. ADMISSIBILIDADE. TEMPESTIVIDADE. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO. SÚMULA STJ 223..... 24
- COMPLEMENTAÇÃO EM PAGAMENTO DETERMINADA PELO MAGISTRADO EM SIMPLES DESPACHO. OFENSA À TÉCNICA PROCESSUAL..... 23

- CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DEVIDA POR MEIO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA. INADMISSIBILIDADE..... 23
- CONTRATO DE MÚTUO – CLÁUSULAS – SUSPENSÃO ATRAVÉS DE LIMINAR – AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIMINAR REVOGADA..... 17
- CONTRATO DE MÚTUO – CLÁUSULAS – SUSPENSÃO ATRAVÉS DE LIMINAR – AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIMINAR REVOGADA..... 17
- INFIEL DEPOSITÁRIO. DIREITO DE LOCOMOÇÃO. AGRAVO..... 21
- INTERDIÇÃO – TUTELA ANTECIPADA – CONCESSÃO SEM PROVA INEQUÍVOCA DA SENILIDADE E PRODIGALIDADE DE PESSOA IDOSA – INADMISSIBILIDADE..... 25
- MANDADO DE SEGURANÇA – LIMINAR – DECISÃO CONCESSIVA – CONCURSO PÚBLICO – QUESTÕES – REVISÃO..... 20
- MEDIDA CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA MEDIANTE CAUÇÃO DE TDP'S – LIMINAR CONCEDIDA – INADMISSIBILIDADE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO..... 17
- NOMEAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO COM PEDIDO LIMINAR. JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA. OITIVA DE TESTEMUNHAS..... 22
- PREFEITO – EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS – ATO CONSIDERADO ILEGAL – AÇÃO ORDINÁRIA ANULATÓRIA CUMULADA COM PERDAS E DANOS – INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE QUE A AUTORA COBRE INTEGRALMENTE PERCURSO – RECURSO IMPROVIDO..... 16
- RECURSO. DESISTÊNCIA. ANUÊNCIA DO RECORRIDO. HOMOLOGAÇÃO.24
- TRÂNSITO. MORTE DO CONDUTOR CAUSADOR DO ACIDENTE. ESPÓLIO. CHAMAMENTO A LIDE. PRESUNÇÃO DE CO-RESPONSABILIDADE..... 22

AGRAVO CRIMINAL

- AGRAVO CRIMINAL – CRIME DE ROUBO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO – DECRETO 3.226/99 – INDULTO EM CASO DE CRIME HEDIONDO – IMPOSSIBILIDADE.69

APELAÇÃO CÍVEL

- AÇÃO DE DESPEJO – ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – DECISÓRIO DE CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS LEGAIS – RECURSO IMPROVIDO. 37
- AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA – ALUGUEL E ACESSÓRIOS DE LOCAÇÃO – REVELIA – RECURSO IMPROVIDO..... 38
- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO – DANO INJUSTO – CÔMPROVAÇÃO – SENTENÇA MANTIDA..... 32
- AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO POR ATO ILÍCITO – RESPONSABILIDADE CÍVEL – ATO ILÍCITO CONFIGURADO – INDENIZAÇÃO..... 39
- AÇÃO MONITÓRIA – DESOBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 1.102 DO CPC – PROCEDÊNCIA DO PEDIDO – CONVERSÃO DOS TÍTULOS ACOSTADOS À INICIAL EM TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL – ADMISSIBILIDADE – RECURSO IMPROVIDO..... 30
- BEM DE HERANÇA E BEM DE FAMÍLIA – IMPENHORABILIDADE – LEI 8.009/90 – EMBARGOS DE TERCEIRO – CABIMENTO – PRESERVAÇÃO DE BEM DE ESPÓLIO NOMEADO À PENHORA SOMENTE PELA MEEIRA – RECURSO IMPROVIDO..... 37
- BUSCA E APREENSÃO – DECRETO LEI Nº911/69 – NÃO PAGAMENTO DE PARCELAS PACTUADAS – VENCIMENTO DE DÍVIDA – RECURSO IMPROVIDO..... 29
- CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA – TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL – ASSINATURA DO DOCUMENTO PELO DEVEDOR E POR TESTEMUNHAS – RECURSO PROVIDO..... 31
- DESPESAS MÉDICAS E INTERNAÇÕES HOSPITALARES – AÇÃO ORDINÁRIA DE REEMBOLSO – SEGURO – RECURSO IMPROVIDO..... 33
- EMBARGOS À EXECUÇÃO – CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL – TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL – DECRETO-LEI Nº413/69 – RECURSO IMPROVIDO..... 36
- EMBARGOS À EXECUÇÃO – COBRANÇA DE DUPLICATA – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS – REQUISITOS – NECESSIDADE PARA A CONSTITUIÇÃO E VALIDADE DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL – NULIDADE DO PROCESSO – RECURSO IMPROVIDO..... 34
- EXECUÇÃO DE SENTENÇA – CONDENAÇÃO DE BANCO INCORPORADO POR OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES..... 35

- INVENTÁRIO – HERDEIROS MENORES – ADIANTAMENTO DE QUINHÃO – INADMISSIBILIDADE – MINISTÉRIO PÚBLICO – NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO..... 35
- MEDIDA CAUTELAR INOMINADA DE CANCELAMENTO DE PROTESTO – DUPLICATA MERCANTIL – TÍTULO IRREGULAR – MERCADORIA – ENTREGA NÃO COMPROVADA..... 33
- OBRA CONCLUÍDA OU EM FASE DE CONCLUSÃO – AÇÃO DE NUNCIAÇÃO – INCABIMENTO – INDENIZAÇÃO CABÍVEL – SENTENÇA ANULADA..... 31
- OBRIGAÇÕES DITADAS NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. REPASSE DE VALORES PELA PREFEITURA À CÂMARA..... 30
- PENSÃO DE ALIMENTOS FIXADA EM DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS – AÇÃO REVISIONAL PARA REDUÇÃO DE ALIMENTOS –SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS ALIMENTADOS PIORADA EM VIRTUDE DE DESEMPREGO DA MÃE – RECURSO PROVIDO..... 36
- REGISTRO PÚBLICO – LEI Nº6.015/73 – DÍVIDA – ART. 198 – CARTA DE ADJUDICAÇÃO – DESAPROPRIAÇÃO – INADMISSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DE ITBI..... 32
- RENOVATÓRIA DE ALUGUEL – IMPOSSIBILIDADE – NECESSIDADE DE IMÓVEL PARA USO PRÓPRIO – AFIRMAÇÃO DO LOCADOR – PRESUNÇÃO “JURIS TANTUM..... 29

APELAÇÃO CRIMINAL

- ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVA TESTEMUNHAL – PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO DO RÉU – RECURSO PROVIDO..... 83
- ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE SENTENÇA – FALTA DE NOMEAÇÃO DE CURADOR DE MENORES – INOCORRÊNCIA DE NULIDADE – SÚMULA 352 DO STF – RECURSO IMPROVIDO..... 83
- CO-AUTORIA – DEPOIMENTOS DAS VÍTIMAS – PROVAS –RECURSO IMPROVIDO..... 75
- CRIME DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR – PROVA TESTEMUNHAL – CONFISSÃO DO RÉU NA POLÍCIA – APREENSÃO DE MEDICAMENTO USADO PARA ESTANCAR O SANGRAMENTO DA VÍTIMA – RECURSO IMPROVIDO..... 75
- CRIME DE ENTORPECENTE – INOCUIDADE DAS PROVAS CARREADAS PARA OS AUTOS – RECURSO PROVIDO..... 74

- CRIME DE HOMICÍDIO – CONDENAÇÃO – PRELIMINARES REJEITADAS – ERRO NA EXECUÇÃO – CHANCE DE DEFESA – TRANSFERÊNCIA PARA A VÍTIMA REAL – RECURSO PROVIDO EM PARTE – ADEQUAÇÃO DA PENA – CUMPRIMENTO EM REGIME FECHADO..... 84
- CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO – JURADO IRMÃO DO DELEGADO DE POLÍCIA QUE LAVROU O FLAGRANTE – DECLARAÇÃO DO FATO ANTES DA VOTAÇÃO PELO CONSELHO DE SENTENÇA – INCOMUNICABILIDADE QUEBRADA – IMPEDIMENTO EM VIRTUDE DE PARENTESCO CONSANGUÍNEO – JULGAMENTO ANULADO..... 82
- CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO – PROVAS – MOTIVO INSIGNIFICANTE – CORREÇÃO DA DECISÃO DO JÚRI EM NÃO RECONHECER A LEGÍTIMA DEFESA PRÓPRIO – RECURSO IMPROVIDO. 82
- CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ANÚNCIO DE JULGAMENTO SEM OBSERVÂNCIA DO ART. 370, §1º DO CPP. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA ADVERSA. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. INOCORRÊNCIA..... 73
- CRIME DE ROUBO – RÉU CONDENADO – INTERROGATÓRIO ADMITIDO COMO MEIO DE PROVA – RECURSO IMPROVIDO..... 74
- CRIME DE TÓXICO – LAUDO DE CONSTATAÇÃO – PROVA DE MATERIALIDADE DO DELITO – AUSÊNCIA DE LAUDO DEFINITIVO – OBRIGATORIEDADE – NULIDADE DA SENTENÇA..... 76
- CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES – OBRIGATORIEDADE DE CERTEZA ABSOLUTA – EXISTÊNCIA DE PROVA DÚBIA –PREVALÊNCIA DA PROVA QUE FAVORECE O ACUSADO – RECURSO IMPROVIDO..... 85
- CRIMES DE IMPRENSA – OFENSA PROPTER OFFICIUM – LEGITIMIDADE – PRELIMINAR DE DECADÊNCIA – REJEIÇÃO – PRESCRIÇÃO BIENAL – ART.41 DA LEI Nº5.250/67 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE..... 87
- HOMICÍDIO – ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA DO RÉU – PEDIDO DE NOVO JULGAMENTO – TRIBUNAL DO JÚRI – DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS – RECURSO PROVIDO..... 83
- HOMICÍDIO QUALIFICADO – CONDENAÇÃO – DECISÃO DO JÚRI EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS DOS AUTOS – RECURSO IMPROVIDO. 79
- HOMICÍDIO QUALIFICADO – DESCLASSIFICAÇÃO – HOMICÍDIO CULPOSO – IMPOSSIBILIDADE – CONSELHO DE SENTENÇA – CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS – INOCORRÊNCIA..... 78
- HOMICÍDIO QUALIFICADO – TRIBUNAL DO JÚRI – DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS – INOCORRÊNCIA.80

- HOMICÍDIO SIMPLES – SIMPLES ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA – INEXISTÊNCIA DE EXCLUDENTE DE ILICITUDE – DECISÃO DO JÚRI EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS COLHIDAS NOS AUTOS..... 87
- HOMICÍDIO SIMPLES – TRIBUNAL DO JÚRI – DEFEITO DE QUESITAÇÃO – RECURSO IMPROVIDO..... 79
- IMPRENSA – CALÚNIA E INJÚRIA COMETIDOS CONTRA FUNCIONÁRIO PÚBLICO – CRIME CARACTERIZADO – RECURSO PROVIDO..... 81
- LATROCÍNIO – CO-AUTORIA – FIXAÇÃO DA PENA – BOM SENSO DA MAGISTRADA – RECURSO IMPROVIDO..... 85
- LATROCÍNIO – SENTENÇA – REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA – CRIME HEDIONDO – INOBSERVÂNCIA À LEI 8.072/90 – REFORMA..... 76
- MORTE DO ACUSADO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. COMPROVAÇÃO MEDIANTE CERTIDÃO DE ÓBIDO..... 73
- SENTENÇA – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – NULIDADE – REFORMATIO IN PEJUS – PROIBIÇÃO – RECURSO PROVIDO..... 86
- TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO – CONSELHO DE SENTENÇA – DESCLASSIFICAÇÃO – LESÃO CORPORAL CULPOSA – RECURSO PROVIDO..... 77

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

- MANDADO DE SEGURANÇA – JUSTIÇA GRATUITA – COMPETÊNCIA – PREVALÊNCIA – VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - EXCEÇÃO – CONFLITO PROCEDENTE..... 44
- REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO – RETIFICAÇÃO – AÇÃO FUNDADA EM DIREITO PESSOAL – COMPETÊNCIA DO FORO DO DOMICÍLIO – CONFLITO NÃO CARACTERIZADO..... 43

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

- AÇÃO MONITÓRIA – TÍTULO EXECUTIVO – DOCUMENTO CÔMPROBATÓRIO DE DÉBITO – ART.741 DO CPC..... 47
- EFEITO INFRINGENTE AOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS – INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO – EMBARGOS REJEITADOS..... 47
- MANDADO DE SEGURANÇA – EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO E FUNÇÃO GRATIFICADA – LEI 5.810/94 – REJEIÇÃO..... 48

HABEAS CORPUS

- AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS – PRESTAÇÕES VENCIDAS HÁ MAIS DE DOIS ANOS – ADVERTÊNCIA QUANTO À PRISÃO EM CASO DE INADIMPLENTO – HABEAS CORPUS PREVENTIVO – EXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – ORDEM CONCEDIDA PARCIALMENTE..... 91
- CRIME DE EXTORSÃO – PRISÃO EM FLAGRANTE – COMUNICAÇÃO DA CONDUTA CRIMINOSA A POLÍCIA E COMPARECIMENTO – DESCONFIGURAÇÃO DE FLAGRANTE PREPARADO – ORDEM DENEGADA. 93
- CRIME DE HOMICÍDIO – TENTATIVA – NOMEAÇÃO DE CURADOR – DESOBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 15 DO CPP – NULIDADE DO AUTO DE FLAGRANTE QUE NÃO PREJUDICA O ANDAMENTO DA AÇÃO PENAL – ORDEM CONCEDIDA..... 91
- CRIME DE LESÕES CORPORAIS – PRISÃO PREVENTIVA REVOGADA – SUJEIÇÃO A TERMO DE COMPROMISSO – DEVER DE NÃO SE AUSENTAR DO DISTRITO DA CULPA E DE TRABALHAR REGULARMENTE – HABEAS CORPUS PREVENTIVO – PACIENTE PORTADORA DE MOLÉSTIA GRAVE E CARECEDORA DE TRATAMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO – ORDEM CONCEDIDA..... 92
- PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE – CUMPRIMENTO – EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL DESCARACTERIZADO – PEDIDO ILÓGICO E SEM AMPARO LEGAL – REINCENTE – PROCESSO COMPLEXO – NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA..... 94
- SUSPENSÃO DE INTERROGATÓRIO – AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA – LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ADITAMENTO DA DENÚNCIA EXAUSTIVAMENTE FUNDAMENTADO – HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL – CONCESSÃO POR JUSTA CAUSA CONDICIONADA A FATO DESCRITO COMO CRIME OU QUANDO NÃO CONFIGURADA A PARTICIPAÇÃO DO PACIENTE – ORDEM DENEGADA..... 93

MANDADO DE SEGURANÇA

- ATO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO – INCORPORAÇÃO DE ADICIONAL – CONCESSÃO DE EM PARTE..... 51
- DIREITO TRIBUTÁRIO – ICMS – NÃO SUBMISSÃO A OBRIGATORIEDADE DE PROMOVER A CIRCULAÇÃO FÍSICA DO BEM – APRESENTAÇÃO DA

- G.A.C.L - IMPROPRIEDADE DO MANDAMUS PARA CONCESSÃO DA TUTELA JURISDICIONAL..... 52
- ESCRIVENTE AUXILIAR – APOSENTADORIA – SUBSTITUIÇÃO – EFETIVAÇÃO – AQUISIÇÃO – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – SEGURANÇA DENEGADA..... 52
 - ISONOMIA DE VENCIMENTOS – MANDADO DE SEGURANÇA – PRELIMINAR REJEITADA – CONCESSÃO UNÂNIME..... 51

PEDIDO DE DESAFORAMENTO

- JÚRI – DESAFORAMENTO – SEGURANÇA PESSOAL DO RÉU – PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E INSTALAÇÕES NA COMARCA – DEFERIMENTO – MODIFICAÇÃO EXCEPCIONAL DA COMPETÊNCIA RATIONE LOCI – GARANTIA À ISENÇÃO E IMPARCIALIDADE DO CONSELHO DE SENTENÇA..... 97

PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA

- PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE PRESO PARA OUTRO ESTABELECIMENTO PRISIONAL – EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA – PROCEDÊNCIA – COMPETÊNCIA DO JUÍZO PRIVATIVO DAS EXECUÇÕES PENAIS – REMESSA DOS AUTOS..... 101

RECURSO PENAL EM SENTIDO ESTRITO

- AQUISIÇÃO DE TERMINAL TELEFÔNICO – INSTALAÇÃO – PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DA LINHA TELEFÔNICA PARA O NOME DO COMPRADOR – MUDANÇA DE ENDEREÇO DA EMPRESA – INQUÉRITO POLICIAL – JUÍZO DE RETRATAÇÃO – RECURSO NÃO CONHECIDO..... 107
- CRIME DE HOMICÍDIO – LESÕES CORPORAIS – PRONÚNCIA – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE – RECURSO IMPROVIDO..... 106
- JÚRI POPULAR – DENÚNCIA – PROCEDÊNCIA – FALTA DE CITAÇÃO – ANULAÇÃO DO PROCESSO – PRISÃO PREVENTIVA..... 105
- PRONÚNCIA – TESE SUSTENTADA PELA DEFESA – EXISTÊNCIA DE CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – PRONÚNCIA MANTIDA..... 107

- REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA – OITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – DESNECESSIDADE – CUSTÓDIA CAUTELAR – MOTIVOS ENSEJADORES – INSUBSISTÊNCIA – RECURSO DESPROVIDO..... 105
- SENTENÇA DE PRONÚNCIA – NECESSIDADE DO CONVENCIMENTO DO JUIZ EM RELAÇÃO À EXISTÊNCIA DO CRIME – IMPOSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DO HOMICÍDIO QUALIFICADO..... 106

REEXAME DE SENTENÇA

- PENSÃO POR MORTE – BENEFÍCIO DE SERVIDOR FALECIDO – DIREITO À TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS – ART. 40, §5º (ATUALMENTE §7º) – EMENDA CONSTITUCIONAL Nº20/98 – SENTENÇA MANTIDA..... 56
- PENSÃO POR MORTE – SERVIDOR PÚBLICO – BENEFICIÁRIO – PERCEPÇÃO EM SUA TOTALIDADE – PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.55
- SERVIDOR FALECIDO. PENSÃO. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS. REEXAME NECESSÁRIO..... 55
- SERVIDOR FALECIDO. PENSÃO. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS. REEXAME NECESSÁRIO..... 55
- SERVIDOR PÚBLICO – INCORPORAÇÃO – CARGO EM COMISSÃO – DIREITO LÍQUIDO E CERTO – SEGURANÇA CONCEDIDA PARA INCORPORAÇÃO PLEITEADA..... 56